



**Administração Contratante:
Delegação da União Europeia no Gabão
para Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e a CEEAC**

**Programa para Actores Não Estatais e Autoridades Locais
no Desenvolvimento (RDSTP 2014)**

Formulário de apresentação do pedido de subvenção

Rubrica orçamental DCI-NSAPVD: 21.02.51.05 (ANE e AL)

Referência: EuropeAid/135500/DD/ACT/ST

PARTE B. FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DO PEDIDO COMPLETO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Referência do convite à apresentação de propostas	EuropeAid/135500/DD/ACT/ST
Referência do convite à apresentação de propostas	<i>Programa para Atores Não Estatais e Autoridades Locais no Desenvolvimento (RDSTP 2014)</i>
Nome do requerente	Associazione Alisei
Número da proposta¹	2
Designação da ação	Desenvolvimento inclusivo do Distrito de Lemba (DILEMBA)
Localização da ação <i>- especificar o(s) país(es) ou região(ões) beneficiário(s) da ação</i>	São Tomé e Príncipe – Distrito de Lemba – Cidade de Neves e todas localidades do Distrito
N.º de Lote	Lote 1 – Atores não estatais

¹ Unicamente para os procedimentos limitados: quando a Administração Contratante tiver avaliado o documento de síntese, deve informar o requerente do resultado e atribuir um número de referência.

2. AÇÃO²

2.1. DESIGNAÇÃO DA AÇÃO

DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO DO DISTRITO DE LEMBA (DILEMBA)

2.1.1. Descrição (13 páginas no máximo)

Apresentar uma descrição da ação proposta, incluindo todas as informações a seguir solicitadas, que se referem ao(s) objetivo(s) geral(is) e ao(s) objetivo(s) específico(s), às realizações e aos resultados descritos no documento de síntese:

- Explicar os resultados específicos esperados, indicando o modo como a ação irá contribuir para melhorar a situação dos grupos-alvo e dos beneficiários finais e as capacidades técnicas e de gestão dos grupos-alvo e/ou dos co-requerentes e entidade(s) afiliada(s) locais.

São Tomé e Príncipe é um arquipélago situado a cerca de 300 km da costa ocidental do Continente africano na linha do equador. Conta com 187 356 (RGPH-INE, 2012) habitantes e um Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita de 3111 USD (PPA)³. É extremamente dependente do apoio externo, com 85% do seu orçamento financiado por parceiros de desenvolvimento. A perspetiva económica do país mantém-se positiva, embora, no curto prazo, apresente desafios. A economia mantém-se extremamente vulnerável a choques externos e intensos e o crescimento previsto foi reduzido de 5,5 para 4% em 2012, dadas as incertezas a nível global e o conseqüente abrandamento do IDE. A taxa anual de inflação tem mostrado tendência para baixar, de 26% em 2008 para 14% em 2010 e atingindo a percentagem de um dígito de 9,6 em 2012 e de 9% em 2013. O país tem também registado, recentemente, significativas melhorias na área do desenvolvimento humano. Está agora no 142º lugar entre 187 países no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD³, acima da média da África Subsaariana, e apresenta uma consistente melhoria de indicadores. Foram dados grandes passos nos resultados da educação e da saúde, a esperança de vida aumentou entre 2013 e 2014 passando de 64,9 a 66,3 anos. Resultados recentes mostram um acentuado declínio nas taxas de mortalidade materna e infantil, que se deve em grande parte ao aumento da proporção de nascimentos assistidos por profissionais qualificados. Alcançou-se um considerável progresso na luta contra a malária, com a baixa da taxa de incidência a registar um recorde, e uma prevalência de VIH/SIDA inferior a 1,5%. São Tomé e Príncipe tem também registado excelentes progressos na educação, especialmente na educação primária. A Taxa Bruta de Matrículas estava estimada em 106% em 2011 e STP está próximo de alcançar 97% de conclusão do ensino primário. O ensino secundário não tem ainda cobertura universal sendo a sua disponibilidade limitada às principais áreas urbanas. Apesar destes notáveis resultados, o país está classificado como Estado Frágil segundo o critério do Banco Multilateral de Desenvolvimento, que se baseia principalmente na vulnerabilidade económica e insularidade, e continua altamente vulnerável a choques imprevisíveis, como a escassez alimentar, alterações climáticas e o impacto da recente crise financeira global.

Do ponto de vista administrativo a Ilha de São Tomé está subdividida em seis Distritos. O Recenseamento Geral da População e da Habitação (RGPH), realizado em 2012, cujos resultados foram publicados em Março 2014 e o Inquérito sobre Orçamento Familiar (IOF 2010) apontam os Distritos de Caue e Lemba como os mais pobres do País e com os indicadores sociais mais fracos. O índice de pobreza do Distrito de Lemba resulta ser de 73,7 enquanto a média nacional resulta de 66,2 (IOF-2010).

O Distrito de Lembá (DL) situado na região oeste da Ilha de São Tomé conta com uma população de 15 370 habitantes (INE, 2012), o 8,20% da população nacional. É considerado o mais pobre do País.

² A Comissão de Avaliação utilizará as informações fornecidas no documento de síntese no que se refere aos objetivos e à pertinência da ação.

³ Relatório desenvolvimento humano 2014

Face a uma carencia de quadros formados, a Camara Distrital de Lemba (CDL), enfrenta enormes dificuldades em termos de planificação, gestão e implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento.

O 20% da população do Distrito com idade superior aos cinco anos não sabe ler e escrever, somente 2% fala uma língua estrangeira. De acordo com os dados do INE (RGPH-2012) 48% da população superior aos 10 anos resulta inativa, sendo a % muito mais elevada em relação ao género feminino (63%). No DL existem somente sete pessoas com formação superior. A participação do cidadão no diálogo político, continua de uma certa forma aquém do desejável, não existindo de facto uma abordagem participativa ampla nos processos de definição e de implementação dos programas dos dirigentes locais. A sociedade civil ainda pouco estruturada participa duma forma limitada na elaboração das estratégias de desenvolvimento local. Os programas e o resultado da gestão não são suficientemente divulgados. O Distrito, devido à distância da cidade de São Tomé e às dificuldades logisticas, tem beneficiado raramente de projectos de desenvolvimento. Embora a cidade de Neves seja considerada como o polo industrial da ilha de São Tomé, as atividades industriais são limitadas à cervejaria (Rosema) e a Empresa nacional de combustivel (ENCO) que tem aí localizado os seus depositos. Pelo resto a economia do distrito baseia-se principalmente na pesca e na agricultura. Lemba abriga no seu território a maior parte do Parque Natural Obô de São Tomé (PNOST), único no seu género em termos de biodiversidade e elevado endemismo. O PNOST oferece um enorme potencial ecoturístico para o Distrito, que até o momento não resulta suficientemente explorado. A pressão antropica na zona tampão se manifesta principalmente com abate ilegais de árvores, as vezes na propria area protegida. A extrema pobreza nas zonas rurais, o desconhecimento generalizado dos limites do Parque natural Obo de São Tomé, a fraca divulgação de informações sobre o Parque Natural e a debil fiscalização da area protegida, fazem com que as atividades de abate ilegal de árvores e de abertura de novos campos sejam as vezes realizadas dentro dos limites do Parque Natural.

Por outro lado com a recente aprovação da lei sobre a captura e comercialização das tartarugas marinhas (DL 6/2014) publicada no Diario da Republica nº 33 de 28 Abril de 2014, torna-se necessário proceder a uma forte campanha de informação e sensibilização envolvendo as associações de pescadores, de forma permitir a implementação efetiva da lei, preparando as autoridades distritais e policiais para o efeito.

Face a estas situações o grande desafio do projeto é dotar a Camara Distrital de competências, condições e regulamentos para um maior controlo destas atividades através de uma abordagem participativa criando oportunidades para uma economia inclusiva.

A presente proposta que tem como objetivo geral promover uma sociedade inclusiva e capacitada no DL que participe no processo de desenvolvimento local sustentável, vai criar condições necessárias que permitam através de uma abordagem participativa e inclusiva alcançar os seguintes objetivos especificos: (i) Dotar o DL de instrumentos de planificação e implementação para um desenvolvimento sustentável e inclusivo, que garanta uma participação ativa do cidadão no diálogo político e social. (ii) Reforçar o capital humano, visando o envolvimento dos cidadãos no processo de desenvolvimento sustentável, de promoção do emprego e de parcerias publico privadas e na implementação de estratégias locais de redução da pobreza.

Os resultados preconizados são os seguintes:

R1: DL dotado de plano distrital integrado de desenvolvimento sustentável e inclusivo e cidade de Neves dotada de um plano de ordenamento do território.

O Distrito de Lemba encontra-se desprovido de um plano distrital de desenvolvimento e de ordenamento do território e já são patentes sinais de um desenvolvimento urbano caótico e descontrolado e de uma utilização excessiva dos recursos naturais como madeira e areia das praias, que deixam o Distrito extremamente vulnerável relativamente à conservação do seu potencial de destino ecoturístico. Num ano em que STP foi considerado pela CNN nos 10 destinos turisticos de sonho para 2014 e tendo em conta que o DL é considerado com grande potencial turístico, torna-se urgente e necessária uma planificação exaustiva das perspectivas de utilização e das vocações do território.

Em vários distritos têm-se multiplicado expedientes com vista à elaboração de legislação diversa, no entanto pelas fraquezas acima mencionadas o DL ficou a lado desse processo. Admitindo que estão em curso procedimentos para a definição de um Programa Nacional de Ordenamento do Território, torna necessário que cada distrito se dote planos sectoriais locais de desenvolvimento, nomeadamente no domínio da habitação, do turismo, da agricultura, do comércio, da indústria, das

florestas, do ambiente, da educação e da saúde. Estes planos deverão tomar na devida consideração as questões transversais tais como o género, a boa governação e as mudanças climáticas.

R2: Comunidades locais fortalecidas e com uma participação mais ativa na definição e implementação das estratégias de desenvolvimento sustentável local.

De modo a promover a boa governação através de uma maior participação do cidadão no diálogo político e na definição de estratégias de desenvolvimento local sustentável, vai-se apostar no fortalecimento das organizações de base comunitária existentes no território e no apoio à estruturação social nas localidades desprovidas de grupos organizados. A criação de estruturas intercomunitárias (comités de interzona) que se colocam numa posição intermedia entre a autoridade distrital e as diversas comunidades do Distrito será a estratégia a utilizar nessa vertente. Mais detalhe na descrição das atividades. Os comités de interzona serão convidados a participarem em encontros intersectoriais, junto da Câmara, e representantes do sector privado, de modo a discutirem leis e regulamentos que deverão ser implementadas com apoio deste projeto

R3: CDL capacitada e condições criadas para a implementação da normativa relacionada com a conservação.

As autoridades distritais tais como o pessoal técnico e dirigente da CDL, as autoridades policiais e os membros da assembleia distrital serão o alvo principal das ações que visam definir e concordar a estratégia de implementação das leis e regulamentos relacionados com a conservação (tartarugas, parque Obô, cortes ilegais, etc.) a nível distrital, bem como definir e promover iniciativas para uma melhor transparência e prestação de contas. Serão também peças fundamentais no processo de elaboração do plano de desenvolvimento distrital e de ordenamento territorial.

R4: Populações mais sensibilizadas e informadas sobre as questões ambientais e de conservação.

Os jornalistas da rádio comunitária distrital "Tlacha", serão alvo e parceiros privilegiados do projeto. Prevê-se um trabalho específico de capacitação e de sensibilização dos jornalistas sobre as principais temáticas abordadas pela ação: boa governação, conservação e proteção do ambiente, alterações climáticas, ecoturismo, desenvolvimento sustentável, promoção do emprego e serviços ecossistémicos. A rádio será também, juntamente aos outros media locais, o canal de divulgação das atividades do projeto. No âmbito da campanha de informação e sensibilização serão animados espaços específicos na rádio comunitária, realizadas palestras nas escolas e comunidades.

R5: Criadas oportunidades de emprego nos setores relacionados com o ecoturismo, a conservação e a boa governação.

O principal condicionalismo para os jovens do DL é a fraca oportunidade de emprego e a dificuldade de acesso a cursos de profissionalização. A implementação de cursos de formação profissional para atividades afins ao ecoturismo e à conservação a nível distrital pretende dar resposta à carência de pessoal qualificado nestes domínios. A seleção dos 50 jovens (entre 18 e 25 anos) a serem formados nas diversas áreas previstas, será realizada pelos próprios grupos comunitários com o apoio dos responsáveis das escolas distritais. Os critérios de seleção serão definidos em colaboração entre as partes e deverão responder a princípios de transparência, imparcialidade e equidade de género. Através da promoção de parcerias público-privadas e através de contactos com os operadores privados presentes no distrito serão criadas oportunidades de emprego e autoemprego para os jovens formados.

Grupo alvo serão todos os grupos comunitários existentes ao nível do Distrito que serão apoiados para conseguirem uma maior organização e dotados de instrumentos para o exercício completo da cidadania, efetuar uma monitoria das políticas públicas locais, exigindo aos governantes locais e centrais uma maior prestação de contas, transparência e boa governação, tornando-se assim os atores principais do processo de desenvolvimento inclusivo do Distrito de Lemba.

Beneficiários diretos serão também os dirigentes e técnicos da Câmara Distrital, os membros da Assembleia Distrital, os jornalistas da Rádio comunitária e outras entidades institucionais locais que irão participar nas ações de capacitação e informação.

Beneficiário final será toda a população do Distrito de Lemba (15 000) e em particular os operadores turísticos distritais que poderão beneficiar do pessoal formado nos setores afins ao ecoturismo e de eventuais novos serviços criados no domínio da conservação. Pois o condicionalismo dos poucos operadores turísticos do Distrito tem a ver com a inexistência de pessoal com as devidas capacitações.

Indiretamente toda a população de São Tomé e Príncipe (186 000) poderá beneficiar dos efeitos das ações através de uma melhoria dos serviços relacionados ao acesso á áreas de interesse público (Parque Natural), melhor qualidade e conservação do ambiente entre outros.

- Identificar e descrever de forma pormenorizada cada atividade (ou conjunto de atividades) a realizar a fim de obter resultados, justificando a escolha das atividades e indicando o papel a desempenhar por cada co-requerente e entidade afiliada (e associados ou contratantes ou sub-beneficiários das subvenções, se for caso disso) na realização das diversas atividades. Não repetir o plano de ação a apresentar na secção 2.1.3, mas demonstrar coerência e consistência da conceção do projeto. Em especial, apresentar uma lista de eventuais publicações propostas.

Para alcançar os referidos resultados foi programado um conjunto de atividades:

A.1.1 Elaboração através de uma abordagem participativa de um plano distrital integrado de desenvolvimento sustentável e inclusivo (PDIDS).

Esta atividade está dividida em 3 subatividades:

A.1.1.1 Realização de diagnosticos rapidos participativos nas 25 localidades principais do Distrito. Tendo em conta da proximidade geografica e das ligações existentes entre as comunidades, o Distrito vai ser subdivido em 8 zonas da seguinte forma

Zona	Localidades	Nº local.
1	Ribeira Funda, Ribeira Palma praia, Ribeira Palma Roça, Rosema e S. Teresa	5
2	Neves	1
3	Ponta Figo, Generosa, Monte Forte, Ribana	4
4	Cadão, Esprinha, Maria Luisa	3
5	Diogo Vaz, Mulundo, S. Clotilde, S. José	4
6	S. Geny, Paga Fogo	2
7	S. Catarina Vila	1
8	Lemba, Ponta Furada, Brigoma, S. João, S. Catarina Roça	5

A metodologia utilizada será do diagnóstico rápido participativo, que se caracteriza por um envolvimento direto da comunidade na identificação, compreensão, planeamento e busca contínua da resolução de problemas que a afetam, permitindo assim mudanças de comportamento e introdução de inovações. As principais técnicas e ferramentas a utilizar para a recolha de dados do diagnóstico serão: Inquéritos, Entrevistas semi – abertas/estruturadas, grupos focais, visitas de terreno. Este diagnóstico participativo servirá para a recolha de informações sobre as práticas e modos de vida das comunidades e sua relação e interdependência com os recursos naturais existentes nestas áreas. Irá também possibilitar a recolha de informações para identificação de problemáticas e suas soluções, e informações concretas sobre sectores – chave de cada comunidade, nomeadamente: (a) Económico; (b) Social, (c) Ambiental (d) Institucional.

Algumas das dimensões de análise deste diagnóstico serão: (i) Rendimentos, principais atividades economicas exercidas, recursos, equipamentos, comunicações, acesso e energia, demográfico; agregação social, situação sanitária; agua, habitação, equipamentos sociais, ecossistemas, utilização dos recursos naturais, estruturas sociais e liderança, organizações/entidades externas presentes na comunidade, intervenções de outras organizações e instituições e projectos a decorrerem. Os inquéritos a aplicar serão direcionados a pessoas chave da comunidade seleccionadas com base em critérios específicos. Os resultados do Diagnostico Rápido Participativo, serão devolvidos em cada comunidade de forma que possam ser validados pelas mesmas, introduzindo nesse modo a metodologia do PM&E (Participatory Monitoring and Evaluation)

Esta atividade é considerada de fundamental importancia para todas as outras ações programadas no ambito do projeto, pois o conhecimento pormenorizado da situação do distrito em termos de situação económica, social, emprego, ambiental, de vulnerabilidade, vai ser o ponto de partida para qualquer decisão e iniciativas a ser tomadas a nível do projeto. Além disso o levantamento inicial vai ser considerado como o ponto de referência para os indicadores de projeto e para os indicadores de desempenho do programa da Camara Distrital de Lemba. Esta atividade inclui concepção dos

inqueritos, testagem dos mesmos, aplicação no terreno, elaboração e análise dos dados, devolução dos resultados à comunidade para sua validação. Duração 4 meses.

A.1.1.2 Realização de sessões de consulta pública para definição e priorização das acções a incluir no plano distrital integrado de desenvolvimento sustentável inclusivo.

Analogamente ao que foi descrito na A. 1.1.1, a metodologia será de tipo participativo, que se caracteriza por um envolvimento direto da comunidade na identificação, compreensão, planeamento e busca contínua da resolução de problemas que a afectam, permitindo assim mudanças de comportamento e introdução de inovações. Serão realizadas 2 sessões de consulta pública, sendo uma a nível local e outra com o envolvimento de autoridades nacionais. Serão convidadas entre 25 e 30 pessoas para cada sessão. Estas consultas terão como objetivo a validação, pelos próprios residentes das informações recolhidas nos diagnósticos e dar pistas de orientação para a planificação de acções futuras. Para a sessão ao nível local, dirigida às autoridades locais e comunidades envolvidas, serão identificados e convidados a estar presentes representantes de grupos chave, nomeadamente: representantes das associações locais, líderes ou pessoas de referência em cada comunidade, caçadores, trabalhadores na extração de inertes, artesãos, pescadores, prestadores de serviços locais, operadores turísticos locais, empresas a operar no local, professores.

Para a sessão a nível das autoridades nacionais serão convidados representantes dos Ministerios de Agricultura e Pescas, Turismo, Indústria e Comercio, Ministerio de tutela das autarquias locais, da Associação Nacional das autarquias, das autoridades de tutela do Parque Natural Obô e da Direção do Parque, da Direção das Florestas, da Direção dos Recursos Naturais, Capitania dos Portos, representantes de outros projetos com intervenções no Distrito (ver descrição mais a frente), representantes da Plataforma Nacional de Turismo responsável e sustentável, entre outros que podem ainda ser identificados.

Os objectivos principais destas consultas são: Identificar e validar os conhecimentos dos presentes relativamente ao Distrito, incluindo aspectos inerentes ao processo de planeamento, recolher informações sobre as relações de uso das comunidades com a zona de Parque Natural e encontrar potenciais modos de utilização sustentável dos recursos naturais do Distrito. Identificar as principais linhas prioritárias para o desenvolvimento do Distrito e analisar e encontrar potenciais sinergias entre todas as partes envolvidas. Duração 2 dias.

A.1.1.3 Redação, apresentação pública e validação do PDIDS.

Uma vez recolhidas todas as contribuições a nível das diversas comunidades através dos diagnósticos rápidos participativos e auscultadas todas as partes institucionais através das sessões de consulta pública, bem como consultada a bibliografia existente e demais directrizes sectoriais nacionais e locais aplicáveis, será elaborado em parceria com as autoridades locais o primeiro esboço do plano de desenvolvimento local sustentável que deverá ser submetido a validação através de uma terceira sessão pública, com representantes das autoridades locais, representantes das comunidades e órgãos da administração central envolvidos no processo. O documento final será submetido da parte da Câmara Distrital à Assembleia Distrital para sua aprovação. O Plano Distrital Integrado de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo, uma vez aprovado pretende ser o principal documento orientador das políticas e investimentos da Câmara Distrital de Lembá a curto, médio e longo prazo. As medidas e acções indicadas no plano deverão ser integradas no programa de acção e nos respetivos orçamentos da Câmara Distrital de forma conseguir uma sua efetiva implementação. Para a realização deste processo prevê-se recorrer a uma consultoria. O consultor será apoiado pela equipa do projeto. Duração prevista 3 meses.

A.1.2 Elaboração de um plano de ordenamento do território para a cidade de Neves.

Todas as informações recolhidas ao longo do processo de realização do plano de desenvolvimento local sustentável servirão de base de partida para a elaboração de um plano de ordenamento do território para a cidade de Neves.

O plano de ordenamento do território deverá compreender um plano diretor, planos de urbanização e planos de pormenor. No plano diretor estará definida a organização do território, onde se estabelece a referência espacial dos usos e actividades do solo municipal através da definição de classes e categorias relativas ao espaço, identificando as redes urbanas, viária e de equipamentos, de captação, os sistemas de telecomunicações, tratamento e abastecimento de água, gestão dos resíduos, entre outras. Será constituído por três documentos diferentes: o regulamento, que tal como o nome indica agrupa as condições legais que devem ser cumpridas na ocupação do solo municipal; a planta de ordenamento que representa o modelo de estrutura espacial do território municipal de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e qualificação dos solos, e também as unidades operativas de planeamento e gestão definidas; e a planta de condicionantes que identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou

impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento. Este plano deverá tomar na devida consideração as vocações e necessidade de desenvolvimento da capital distrital de Lembá, para o efeito será elaborado um estudo de caracterização do território municipal e um relatório com objectivos estratégicos e opções adoptadas no modelo de organização espacial e sua fundamentação técnica. Para esta atividade se recorrerá a um consultor que colaborará com as entidades nacionais competentes, nomeadamente a Direcção de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DOTDU) e os Serviços Cadastrais. O Plano de ordenamento do território deverá ser aprovado pela Câmara e pela Assembleia Distrital. Duração prevista 4 meses.

Indicadores relacionados com o resultado 1:

- ✓ Plano distrital integrado de desenvolvimento sustentável e inclusivo produzido e validado;
- ✓ Plano de Ordenamento do Território da cidade de Neves produzido e validado;
- ✓ Número de acções do PDIDSI incluídas nos programas anuais da CDL;
- ✓ Nº de documentos de planificação produzidos, adoptados pela CDL e aprovados pela Assembleia Distrital.

A.2.1 Reforço dos grupos comunitários existentes de forma promover uma maior participação no diálogo político e social.

Embora na fase de identificação do projeto foram realizados diversos encontros a nível das organizações de base comunitária do Distrito, nomeadamente associações de agricultores, pescadores, comissões de moradores, associações juvenis, congregações religiosas, um levantamento mais exaustivo será realizado através dos encontros a realizar em todas as localidades do Distrito aquando da realização dos diagnósticos rápidos participativos (ver Act. 1.1.1). Serão recolhidas informações relativas às associações e grupos comunitários existentes, seu nível de organização e funcionamento, serão também identificadas as necessidades em termos de capacitação, de forma permitir reorientar a estratégia de reforço das competências e capacidades locais. Nas 10 localidades identificadas na fase de identificação do projeto onde existe uma associação ou grupo comunitário a funcionar serão realizados pelo menos 4 sessões de capacitação dirigidas aos dirigentes dos grupos/associações, sobre os temas de cidadania, associativismo e desenvolvimento local. Prevê-se a participação de 8 pessoas por cada sessão e por cada localidade. Duração prevista 12 meses.

A.2.2 Promoção do surgimento de novos grupos comunitários organizados.

Nas localidades principais onde não exista nenhum tipo de organização de base (de acordo com o levantamento efetuado em fase de identificação 15 localidades), será promovido o surgimento de grupos ou associações comunitárias. A partir de encontros realizados na comunidade se vai tentar de agregar um grupo de pessoas a volta de um ou mais temas de interesse comum. De acordo com o contexto poderá ser constituído um grupo comunitário ou uma associação local. No caso da associação local serão dados todos os passos para a legalização da organização, isto é elaboração dos estatutos e reconhecimento legal da mesma. Serão organizados na base de objectivos comuns claros e definidos por eles próprios, de modo a obter um benefício da organização. Os grupos ou associações assim constituídas vão beneficiar de todas as acções de reforço enunciadas no ponto anterior (2.1). Para este processo é previsto realizar pelo menos 4 encontros por cada localidade. Uma vez constituído os grupos e definidas as respetivas direções ou eleitos os órgãos sociais, os membros irão beneficiar de sessões de capacitação analogamente a quanto indicado no ponto anterior com 4 sessões de capacitação por cada localidade. Estes grupos também poderão ser depois inseridos nas atividades de promoção do emprego, através de visitas turísticas às comunidades, roças etc, pelo que serão alvo das campanhas de sensibilização-informação. Duração prevista 12 meses.

A.2.3 Criação e organização dos Comités de interzona

Uma vez terminado o processo descrito nos dois pontos anteriores, a partir das organizações de base será promovida a criação de oito comités de interzona, sendo um por cada zona, de acordo com a subdivisão do Distrito indicada no 1.1.1. Os comités de interzona reúnem representantes das diversas localidades da zona que serão eleitos de forma democrática. Os comités de interzona serão objeto de acções de capacitação sobre as principais temáticas abordadas pela acção: cidadania e boa governação, conservação e biodiversidade, alterações climáticas, ecoturismo, desenvolvimento sustentável e promoção do emprego. Os comités de interzona serão divididos em 2 grupos (zona de Neves e zona de Santa Catarina), cada grupo vai participar em 8 sessões de capacitação, sendo uma por cada tema acima mencionado e duas por temas a serem identificados ao longo do processo de diagnóstico participativo. As sessões (total 16) que terão a duração aproximativa de 3 horas, serão realizadas com o apoio de um facilitador especialista do tema a desenvolver. Por cada tema será

produzido material de suporte. Em cada encontro vão participar entre 15 e 20 pessoas que receberão um subsídio de transporte e beneficiarão de um lanche. O objetivo final é que os comités de interzona voltem a ser os interlocutores privilegiados das autoridades distritais e que os seus membros sejam reconhecidos como líderes nas respetivas comunidades. Por isso a seleção dos candidatos a ocupar os cargos de direção dos comités de interzona deverá ser baseada em criterios rigorosos predefinidos tais como: predisposição a liderar, experiencia de liderança a nivel de comunidade ou grupo de interesse, honestidade e integridade moral, reconhecimento a nivel das respetivas comunidades, capacidade de diálogo e de mediação de conflitos, entre outros. Os membros dos comités de interzona serão os representantes nas reuniões intersectoriais para implementação das leis distritais sobre conservação, assim como para definição das actividades do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo que a Câmara irá incluir na planificação anual. Duração prevista 6 meses.

Indicadores relacionados com o resultado 2:

- ✓ N° de comunidades locais capacitadas em matéria de gestão dos recursos naturais e boa governação: valor-alvo: 8 comités intercomunitários;
- ✓ Numero de novos grupos comunitarios/associações constituídos e operacionais;
- ✓ Numero de novas associações legalizadas;
- ✓ N° de reuniões/encontros intersectoriais nos quais participam os líderes dos grupos comunitários. Valor-alvo: 1/trimestre.

3.1 Apoio à CDL na implementação de leis e regulamentos relacionados com a conservação (tartarugas, parque Obô, etc.).

3.1.1 Inventario, recolha da documentação existente relativa aos temas da conservação e ambiente

Em primeiro lugar será recolhida toda a documentação relativa á legislação ambiental, tais como a lei de base do ambiente nº10/1999, a lei de conservação da fauna e da flora nº11/1999, a lei das florestas nº 5/2001, a lei das pescas e recursos halieuticos nº 9/2001, os decretos sobre extração de inertes nº 35/1999, sobre os residuos solidos urbanos nº 36/1999, sobre a avaliação do impacto ambiental nº 37/1999, a lei sobre os Parques Naturais Obô de SãoTomé e Obô do Principe nº 6 e 7/2006, a lei sobre a captura e comercialização das tartarugas marinhas (DL 6/2014) entre outras. Serão assim produzido folhetos dirigidos ao grande publico (Ver act. 4.2) para a divulgação das referidas leis ambientais. Duração prevista 1 mes.

3.1.2 Formação dos dirigentes e tecnicos da Camara Distrital, Membro da Assembleia Distrital, e outras autoridades locais (Policia, Tribunal distrital, etc.)

Serão realizadas 5 sessões de capacitação direcionadas aos vereadores da CDL (4 na composição atual), aos membros da Assembleia Distrital (7 na composição atual) e as outras autoridades locais tais como Policia distrital, Funcionarios do Tribunal Distrital (total 15 pessoas), sobre a legislação ambiental em vigor, sobre os principios de boa governação e sobre a planificação e orçamentação. Durante as sessões de capacitação serão também abordadas as modalidades de implementação das referidas leis, incluindo as medidas mais apropriadas a adoptar para a divulgação das mesmas junto da população.

3.1.3 Realização de encontros intersectoriais para discussão pública sobre implementação das leis.

O objetivo desta atividade é reforçar a capacidade de boa governação da câmara através da participação dos cidadãos na consulta e tomada de decisões política.

Estes encontros serão realizados com uma frequência trimestral (previstos 9 encontros), com apoio de um dinamizador que servirá de orientador sobre as questões a tratar. É prevista a participação de representantes da Camara, responsáveis pela implementação das leis, membros dos comités de interzona (um representante para cada comité), representantes do sector privado ligado a ecoturismo (Anambo, Mucumbli, Monte Forte etc.), policia, associação de guias, igrejas, ONGs operantes no Distrito, tribunal distrital, entre outros.

3.1.4 Inclusão digital do pessoal técnico e dos vereadores da CDL

Nos últimos anos a tecnologia avançou e avança a cada dia que passa, significativamente, em escala mundial. A Camara Distrital de Lemba não possui atualmente nenhum equipamento informático nem acesso a rede internet. A promoção da inclusão digital com foco no social, do pessoal técnico e dirigente da Camara de Lemba tenciona proporcionar o desenvolvimento de competências, permitindo o desenvolvimento local e social de uma forma completa e multidisciplinar, causando

impacto nas realidades mais carentes e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. Foi assim programada a realização de uma capacitação dos técnicos e vereadores da CDL em tecnologia digital. A capacitação terá lugar num período de 3 meses e conta com a participação de 10 pessoas. A formação será confiada a empresas nacionais especializadas.

3.1.5 Equipar a CDL de computadores e acesso à rede internet de forma promover a inclusão digital

No âmbito do processo de inclusão digital da administração local será apetrechada uma das salas da Camara Distrital com 4 computadores e instalação internet. A sala será colocada a disposição do pessoal e vereadores da Camara Distrital de Lemba.

3.2 Marcação dos limites do Parque Natural no Distrito de Lemba

Um dos principais problemas constatados em fase de identificação do projeto é o desconhecimento generalizado a nível de população e autoridades locais e centrais dos limites físicos do parque Natural Obô de São Tomé. São várias as autorizações concedidas pelas diversas entidades estatais de concessões ou autorizações para atividades dentro dos limites do Parque Natural que não são compatíveis com a própria lei de criação dos Parques naturais (deposito de residuos toxicos, criação de lixeiras, construção de estaleiros, concessão para plantações, entre outros. A maioria dos serradores de madeiras e outros utilizadores dos recursos florestais, desconhecem os limites físicos do Parque e em muitos casos os abates e outras atividades antropicas são realizados dentro do limite da zona protegida. Face esta situação foi programada a marcação dos limites do parque, na area incluída no Distrito de Lemba, através de marcas de tintas, metodo comunemente utilizado em STP para delimitação de propriedades. Esta acção será desenvolvida em parceria com a Direção e o pessoal do Parque Natural Obô de São Tomé que já começou a marcação do Parque em algumas zonas ribeirinhas às estradas, mas que deve ser continuada nas zonas do interior. Para a marcação dos limites do Parque Natural são previstos 2 pessoas durante um periodo de 30 dias uteis, que irão realizar o trabalho juntamente com o pessoal do PNOST. A marcação será realizada envolvendo também os habituais utilizadores da zona florestal do Parque Natural e respetiva zona tampão (serradores, carvoeiros, caçadores, etc.), de forma informa-los e conscientiza-los sobre os limites do PNOST.

Indicadores relacionados com o resultado 3:

- ✓ Nº de tecnicos e pessoal afeto à CDL capacitado em matéria de gestão dos recursos naturais e gestão do território. Valor-alvo: pelo menos 10 pessoas
- ✓ Número de pessoas com acesso à tecnologia informatica
- ✓ Medidas efetivas de implementação das leis adotadas;
- ✓ % do perimetro do PNOST incluído no Distrito de Lemba delimitado

4.1 Formação e sensibilização da população e das instituições locais sobre as questões ambientais e de conservação.

4.1.1 Capacitação e sensibilização dos jornalistas locais sobre as principais temáticas abordadas.

A comunicação social e sobretudo a radio comunitaria “Tlachà” de Neves irá desenvolver um papel fundamental na implementação do projeto, pois a divulgação de informações relativas a todos os temas abordados no ambito do projeto bem como as proprias atividades do projeto serão divulgadas atraves desses canais. Para o efeito é prevista a assinatura de um acordo de parceria com a Radio Local com responsabilidades mutuas de ambas as partes. O Projeto vai assumir a capacitação do pessoal e colaboradores da Radio Comunitaria, participar nos custos de realização de programas especificos sobre o ambiente e sobre o desenvolvimento local, enquanto a radio comunitaria vai disponibilizar o espaço de antena para a difusão do referido programa.

Serão organizadas 5 sessões específicas de capacitação reservadas ao pessoal da Radio Tlachá (Radio comunitaria) e seus colaboradores (15 peesoas). Os temas abordados serão:

- (i) Cidadania e boa governação com enfase particular sobre a governação local
- (ii) Conservação, biodiversidade e serviços ecossistemicos,
- (iii) Alterações climaticas,
- (iv) Ecoturismo sobretudo na vertente de envolvimento das comunidades locais e criação de oportunidades de emprego,
- (v) Desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A suporte desta atividade será utilizado um manual já produzido pela Alisei para formação de jornalistas de 1º nivel em Moçambique. Depois efetuada as devidas adaptações o manual

“Metodologia de escritura e leitura multimedial” poderá ser reproduzido em versão adaptada para STP.

4.1.2 Atividades de sensibilização nas escolas sobre as questões ambientais e implementação da lei de proteção das tartarugas marinha.

Uma das estratégias utilizada para a transmissão das mensagens relacionados com as questões ambientais, sobretudo para a divulgação da nova lei de proteção das tartarugas marinhas é a realização de palestras nas 7 principais escolas do Distrito (3 em Neves, Santa Catarina, Ponta Figo, Diogo Vaz, S. Geny). Após a palestra serão realizados concursos de desenho sobre o tema apresentado. Os cinco melhores desenhos de cada escola serão reproduzidos e serão objeto de uma exposição itinerante a realizar nas principais localidades do Distrito de Lemba.

Serão fornecidos às escolas materiais didacticos para a realização do concurso (papel, lapis a cores, lapis, etc.). O material ficará na escola.

4.2 Produção e divulgação de materiais de comunicação e programas radiofónicos.

4.2.1 Produção de materiais de comunicação

Vão ser produzidos 6000 folhetos formato grande público para divulgar as informações basicas das referidas leis com particular enfase para a lei sobre o Parque Natural Obô de São Tomé (3000) e para a lei de proteção das tartarugas (3000).

O material de comunicação será elaborado com o apoio tecnico de um grafico/designer, recorrendo a uma metodologia participativa, onde o conteudo será criado pelos proprios utilizadores, aproveitando por isso dos encontros de capacitação e informação realizados a nivel das comunidades e das autoridades locais.

Serão tambem produzidas 200 camisolas, 5 paineis publicitarios e 4000 brochuras de visibilidade e apresentação do projeto.

4.2.2 Produção e divulgação de programas e spots radiofónicos

Será produzido um programa radiofonico que será divulgado na radio comunitaria com periodicidade semanal durante um periodo de 6 meses. As tematicas abordadas serão as já indicadas na act. 4.1.1., isto é os temas objeto da capacitação do pessoal da radio e seus colaboradores.

Para a realização dos referidos programas se recorrerá ao apoio técnico de um jornalista.

Serão também produzidos e divulgados na Radio Nacional durante um período de 6 meses,, spots sobre os temas abordados pelo projeto.

4.2.3 Criação e manutenção de uma página facebook do Distrito de Lemba

Está programada a criação de uma pagina facebook do Distrito de Lemba que pretende veicular toda a informação do Distrito no mondo da net. A página criada vai ser mantida durante um periodo de 12 meses por um gestor de forma garantir a qualidade das informações e do conteudo, sucessivamente poderá ser mantida pelo pessoal da Camara Distrital de Lemba.

4.3 Realização de inqueritos para avaliação do impacto das atividades de informação e sensibilização das comunidades

Para avaliar o impacto das ações de sensibilização e informação da população do Distrito de Lemba, serão realizados dois inqueritos para avaliar os conhecimentos das populações relacionados com as tematicas ambientais e em particular sobre as leis ambientais. O primeiro inquerito será realizado logo no início das atividades de forma ter as informações de referência. O segundo inquerito será realizado na fase final do projeto de forma ter a possibilidade de realizar uma análise comparativa com a situação existente anteriormente ao projeto. Os inqueritos serão realizados pela equipa do projeto.

4.4 Realização do seminário de encerramento

No último mês do projeto será realizado um seminário de encerramento. Neste seminário serão apresentados os principais resultados alcançados e serão deixadas as orientações para a continuidade das ações implementadas. Irão participar todas as partes envolvidas (representantes das comunidades, comités intercomunitários, autoridades locais, jovens formados, outras entidades distritais) bem como representantes das autoridades centrais e representantes de outros projetos. O seminário será também ocasião para dar visibilidade ao financiamento da União Europeia e para divulgar a experiencia realizada no Distrito com a elaboração do plano distrital de desenvolvimento e

plano de ordenamento territorial, de forma promover a multiplicação da experiência em outros distritos.

Indicadores relacionados com o resultado 4:

- ✓ N° de comunidades locais capacitadas em matéria de gestão dos recursos naturais e boa governação. Valor-alvo: 8 grupos intercomunitários;
- ✓ % de habitantes do Distrito de Lembá sensibilizados sobre as 5 temáticas objeto de capacitação e sensibilização. Valor alvo: pelo menos 30% da população local;
- ✓ Número de crianças sensibilizadas e n° de crianças participantes no concurso de desenho. Valor alvo: 350.

5.1 Identificação e promoção de atividades socioeconómicas com particular ênfase para atividades relacionadas ao ecoturismo e à conservação.

Na primeira fase do projeto aquando da realização dos diagnósticos rápidos participativos e da elaboração do Plano Distrital Integrado de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo serão identificadas as atividades socioeconómicas que poderão ser desenvolvidas e apoiadas pelo projeto. Em particular será apoiada a promoção de atividades relacionadas ao ecoturismo e a conservação, tais como:

- ✓ Guias turísticos distritais, que poderão ter diferentes valências, naturalística (visitas guiadas ao Parque Natural Obô de STP, observação de passaros, observação de cetáceos, observação de tartarugas marinhas), comunitária (visitas às antigas roças, percurso histórico no interior das principais roças do Distrito com realce para os aspetos arquitetónicos, históricos, sociais), socioeconómica (visitas guiadas à cooperativa de cacau biológico através de um percurso que a partir das plantações leva, às famílias de agricultores até ao produto final que vai ser exportado), cultural (percurso através dos principais grupos culturais do Distrito, Danço Congo, Bulaué até às principais manifestações e eventos a decorrer no Distrito).
- ✓ Pessoal para os serviços de restauração e hotelaria. O Distrito conta atualmente com 3 pequenos restaurantes e 2 instalações de turismo rural e já existe uma certa procura de pessoal formado no setor hoteleiro e de restauração que atualmente não existe no Distrito de Lembá. Numa perspetiva de incremento das atividades turísticas existe assim a necessidade de ter pessoal formado neste domínio (empregados de mesa e de quarto, rececionistas, cozinheiros, entre outros).
- ✓ Pessoal de apoio aos serviços do Parque Natural Obô de S. Tomé, tais como pessoal para a manutenção e marcação dos trilhos, fiscais das atividades realizadas no interior do Parque e sua área periférica.
- ✓ Exploração sustentável dos produtos florestais não lenhosos: melhoria dos sistemas de recolha de mel e promoção da apicultura racional, melhoria dos sistemas de recolha e comercialização de folhas e raízes com interesse medicinal,
- ✓ Aproveitamento da biomassa para produção de combustíveis alternativos ao carvão, produção de briquetes em modo artesanal com compactação de serradura e subprodutos da serração, carpintarias e marcenarias. Caracterização dos tipos de biomassa residual a utilizar enquanto matéria-prima para a produção de combustível nos fogareiros escolhidos.

As atividades mencionadas são somente um exemplo das possíveis que foram identificadas em fase de elaboração do projeto juntamente às autoridades distritais e os grupos beneficiários, uma lista mais exaustiva e definitiva das atividades geradoras de rendimento só poderá ser elaborada depois de ter realizado os diagnósticos comunitários e elaborado o plano de desenvolvimento distrital.

5.2 Formação e acompanhamento de um grupo de 50 jovens nas áreas acima mencionadas.

De acordo com os setores prioritários identificados no ponto anterior serão organizadas sessões de formação dirigidas a 50 jovens do Distrito. Para a seleção dos jovens beneficiários da formação serão tomados em consideração, entre outros, os seguintes critérios: equidade entre os géneros, distribuição geográfica, nível académico, motivação pessoal. As formações serão de curta duração (2 a 3 meses), terão uma componente teórica e uma prática. Dentro do possível a parte prática será realizada sob forma de estágio diretamente com estruturas privadas ou estatais presentes no Distrito (restaurantes, unidades hoteleiras, parque natural, agências de viagens, entre outros). Nas sessões de formação será envolvida a ONG MOVE (ONG portuguesa especializada em capacitações para atividades geradoras de rendimentos), relativamente à componente “gestão de negócios”. A ONG vai realizar também um período de acompanhamento durante 12 meses.

Cada formando vai receber um kit de material didactico e vestuario (cadernos, esferograficas, lapis, camisolas, chapeu, muchila, crachã, etc.).

A parte teorica das formações será realizada no Distrito de Lemba numa das salas da Camara Distrital, promovendo assim uma aproximação do cidadão aos serviços da Camara Distrital.

Uma vez terminadas as sessões de formação prevê-se um periodo de enquadramento e acompanhamento das atividades geradoras de rendimento. Nesta fase serão promovidas parcerias com o sector privado para o enquadramento do pessoal formado ou para estabelecer acordos de colaboração ou realização de estagios.

5.3 Apoio para implementação de algumas atividades geradoras de rendimento

O projeto vai fornecer alguns materiais e equipamentos necessarios para a implementação de atividades experimentais tais como a produção de briquetes (tritadora, prensa, vestuario para guias, etc.,) ou outras que poderão ser identificadas. Para este apoio prevê-se a disponibilização de um montante total de 12 000 euros. De forma permitir uma certa flexibilidade na seleção das atividades geradoras de rendimento e ter em conta os resultados dos diagnosticos, a lista definitiva dos equipamentos a adquirir será elaborada só depois da finalização do plano de desenvolvimento distrital e na base do tipo de formações que serão identificada e realizadas. Será realizada uma pesquisa para identificação dos equipamentos mais adequados, de acordo com vários critérios, entre os quais a robustez, adequação ao clima, exigências de manutenção e outros consumíveis.

Uma atenção especial será dada a experiencia piloto de produção artesanal de briquetes a partir de biomassa residual. O cenário atual sinaliza que as fontes de energia renováveis devem assumir papel crescente na matriz energética mundial, devido à perspectiva de redução das reservas de combustíveis fósseis e, cada vez mais, por questões ambientais. Neste contexto a utilização de fontes alternativas de energia, em particular a biomassa em forma de briquetes, aparece como uma oportunidade de oferta de energia. Calcula-se que cerca de 60% da madeira extraída do Distrito de Lemba são desperdiçados nas serrarias durante o processamento primário, gerando uma grande quantidade de resíduos. Todo esse "lixo madeireiro" tem potencial para aproveitamento energético sustentável. O Grupo alvo desta atividade são as jovens mulheres de Neves que já praticam a atividade comercial de procura e venda de lenha para consumo domestico, reduzindo assim a pressão sobre o ambiente. Pretende-se dotar este grupo de mulheres dos equipamentos necessarios para a produção artesanal de briquetes, tais como trituradora, secador e prensa. O pacote de equipamentos de apoio deverá também incluir um fogareiro adaptado ao novo tipo de combustível. Se os resultados da experiencia piloto forem positivos poder-se-á prever e procurar financiamentos para a realização de um estudo de viabilidade para construção de uma unidade semi industrial de produção de briquetes, que poderá ser realizada recorrendo a utros financiamentos.

Indicadores relacionados com o resultado 5:

- ✓ Número de jovens que terminam com sucesso o ciclo de formação profissional. Valor alvo 50.
 - ✓ Número de empregos criados e nº de atividades geradoras de rendimento implementadas. Valor alvo: 20 empregos e 4 atividades geradoras de rendimento.
 - ✓ Nº de jovens formados em estagio nas empresas do Distrito. Valor alvo 25; e % de jovens assumidos pelas mesmas. Valor alvo 30%.
 - ✓ Nº de empresas privadas envolvidas nos encontros intersectoriais. Valor alvo: 3 empresas ligadas ao sector instaladas no distrito de Lembá
- **Descrever/evidenciar eventuais alterações das informações prestadas no documento de síntese.**

O formulario completo não apresenta alterações de fundo respeito ao documento de sintese, foram somente subdividades as atividades principais indicadas no documento de sintese em diversas subatividades. Foi também prolongado o prazo de execução de 30 para 36 meses.

2.1.2. Metodologia (5 páginas no máximo)

Descrever pormenorizadamente:

- Os métodos de execução e justificação para essa metodologia;

Na origem desta ação estão uma série de encontros realizados entre a ONG, a CDL e as principais forças vivas da sociedade civil presentes no distrito. A exigência do distrito se dotar de instrumentos de planificação estratégica numa perspetiva sustentável, promover a inclusão digital e uma governação inclusiva e transparente, promover o emprego local e valorizar as suas características naturais, foi realçada por todas as partes.

Com uma abordagem geral de tipo participativo e inclusivo, o projeto vai desenvolver-se em 4 fases

Numa primeira fase de preparação (duração 2 meses) serão definidas todas as questões logísticas. O projeto vai apoiar-se na estrutura da ONG Alisei existente na cidade de São Tomé, mas irá apetrechar um escritório no distrito de Lembá, de preferência na cidade de Neves ou arredores. O espaço será disponibilizado pela Camara Distrital de Lembá e será apetrechado através do projeto, com equipamentos informáticos, ligação internet. A sede do projeto diretamente no Distrito de Lembá vai facilitar os contatos com as autoridades distritais com as comunidades e com os diversos actores envolvidos.

Será constituída a equipa e realizados os contactos institucionais para a efetivação das atividades e adquiridos os equipamentos e o veículo. Para a constituição da equipa, dentro do possível, será dada preferência e prioridade a pessoas residentes no Distrito, de forma contribuir a reforçar as competências locais e facilitar a sustentabilidade do projeto.

Nesta fase serão também elaborados os Termos de Referência e lançados os concursos para a consultoria para realização do Plano Distrital Integrado de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo e para a realização do Plano de Ordenamento do território.

Sempre na fase de preparação serão realizados os encontros preliminares de informação e divulgação do projeto junto de outros actores com intervenções no Distrito de forma pôr as bases para a criação de sinergias.

Na fase de implementação (25 meses) Nesta fase considerada a principal do projeto serão implementadas a maioria das atividades programadas e mencionadas no capítulo das atividades. Será dada uma atenção especial ao reforço das parcerias entre projetos presentes no território, ao reforço das competências das autoridades locais e das organizações da sociedade civil e ao envolvimento do sector privado através a assinatura de acordos de colaboração. Serão definidas nos detalhes as matrizes para a recolha das informações de base e definidos os indicadores de referência no início das atividades, baseados nos resultados dos diagnosticos rápidos participativos. Será introduzido um sistema de Monitoragem e Avaliação participativos (Participatory Monitoring & Evaluation), onde as comunidades e beneficiários avaliam e monitorizam o desenvolvimento das ações. Depois ter analisado a situação das diversas associações e grupos beneficiários, será elaborada uma proposta de intervenção personalizada por cada caso específico, que poderá incluir o apoio para o fortalecimento dos órgãos associativos, ações de formação e capacitação, constituição dos comités de interzona. Nesta fase serão também implementadas todas as ações de formação e capacitação a nível de organizações de base comunitaria e ao nível de autoridades locais e radio comunitária. Serão criadas as condições para a efetivação de todas as sessões de formação (seleção dos beneficiários, definição dos módulos de formação, preparação do material de suporte) e implementadas as formações dos grupos de jovens, do pessoal da CDL e da radio comunitaria. Serão estabelecidos os acordos e as modalidades de colaboração com as autoridades centrais (Direção do Parque natural, Capitania dos Portos, Direção do Turismo, Direção das Florestas, Direção Recursos Naturais, Ministerio da educação, entre outros.

Durante a impenetação serão realçados alguns aspetos transversais tais como as questões de genero, meio ambientais, alterações climaticas e boa governação. Nesse sentido é previsto o apoio às autoridades locais para uma abordagem participativa no processo de divulgação, informação, sensibilização e implementação da lei de proteção das tartarugas recentemente promulgada, bem como do Decreto-lei sobre o Parque Natural Obô de São Tomé. O projeto vai também colaborar na implementação de algumas ações plasmadas no plano de gestão do PNOT limitadamente ao Distrito de Lembá, promovendo parcerias público-privadas na gestão de algumas atividades ecoturísticas no âmbito do PNOT (plataforma do turismo sustentável e operadores turísticos distritais e nacionais). Será também reforçada a competência da Camara Distrital relativamente à

conservação dos recursos naturais (extração de areia nas praias, desflorestação, uso racional da água, etc.), bem como abordados novos conceitos inovadores para a realidade santomense tais como o pagamento dos serviços ecossistémicos. Uma atenção especial será dada à participação feminina nos diversos domínios e em particular nos processos de tomada de decisões, através da promoção da liderança feminina nas associações locais assim como aplicação da paridade de género nos processos formativos relativos a identificação de oportunidades de emprego. A problemática das alterações climáticas será tomada na devida consideração na elaboração do Plano Distrital Integrado de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo e na preparação do Plano de Ordenamento do Território.

Fase de finalização (2 meses): Na fase de finalização serão divulgados os resultados do projeto de forma promover a multiplicação das ações, serão realçados os pontos fracos de forma encontrar soluções que permitam ultrapassar os eventuais constrangimentos. Será ulteriormente reforçada a competência da Camara Distrital de Lemba, das associações e comités de interzona que deverão nesta fase assumir ao 100% às responsabilidades de gestão e continuação das atividades. Nesta fase será fortalecida a parceria público privadas e as atividades geradoras de rendimento de forma garantir a sustentabilidade do projeto.

Fase de transferência (1 mês): Na fase de transferência serão transferidas todas as competências aos atores que deverão garantir a continuidade das ações. Será também efetuada a entrega definitiva aos beneficiários dos bens e materiais adquiridos no âmbito da ação.

- Quando a ação dá continuidade a uma ação anterior, descrever de que forma a ação proposta aproveitará os resultados dessa ação anterior (apresentar as principais conclusões e recomendações de avaliações efetuadas);

Mesmo não sendo a continuação de uma ação anterior a Alisei vai capitalizar a longa experiência adquirida em mais de duas décadas de implementação e gestão de projetos em São Tomé e Príncipe. Em particular serão tomadas em conta experiências anteriores semelhantes realizadas no Distrito de Lobata no âmbito do projeto “Apoio à melhoria das condições de vida das populações das zonas de Praia das Conchas e Santa Luzia”, sobretudo no que diz respeito à abordagem participativa e realização de planos de desenvolvimento local.

- Se a ação estiver integrada num programa mais vasto, explicar de que modo se integra nesse programa ou em qualquer outro projeto previsto e de que modo é assegurada a coordenação (especificar as sinergias potenciais com outras iniciativas, nomeadamente com iniciativas da União Europeia);

Para implementação destas atividades o projeto vai articular-se e interagir com outros atores e iniciativas em curso a nível distrital e nacional de maneira explorar ao máximo as sinergias possíveis.

Nomeadamente o projeto vai colaborar com uma ação da União Europeia no âmbito da Aliança Mundial contra as mudanças climáticas, cujo início é previsto para o primeiro trimestre de 2015, que selecionou o Distrito de Lemba como um dos dois Distritos onde realizar ações concretas que visam reduzir os riscos relacionados com a variabilidade climática e reduzir a vulnerabilidade do Distrito. Todo o trabalho de terreno realizado pela presente ação, em particular os diagnósticos rápidos participativos e o Plano Distrital Integrado de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo, serão uma fonte de informação extremamente importante para facilitar a identificação de ações concretas a implementar no Distrito. Alisei irá assim colaborar com a(s) ONG(s) seleccionadas para a implementação das atividades no Distrito no âmbito do projeto de mudanças climáticas.

Por outro lado Alisei irá coordenar as suas ações com as do projeto VALORES, implementado pela ONG TESE e financiado pela UE, que intervêm no domínio de gestão de resíduos sólidos e valorização dos mesmos. Em particular vai ser procurada uma colaboração em termos de valorização da biomassa residual para a produção de briquetes.

Outro interlocutor privilegiado será o projeto de gestão de 5 áreas da zona tampão do PNOT financiado pelo GEF/FIDA no âmbito do projeto PAPAFA. Em particular a atividade de delimitação física dos limites do parque poderá ser efetuada em estreita colaboração com este projeto, bem como algumas ações de informação/sensibilização junto das populações locais e dos principais utilizadores dos serviços ecossistémicos do Distrito.

Alisei irá capitalizar a experiência já conduzida pelo projeto PDGIRH-RP (Projeto de Demonstração da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos no Rio Provaz) que criou um comité intersectorial para a gestão dos recursos hídricos da bacia do rio Provaz, aliás a ONG Alisei faz parte do referido Comité

desde a sua criação. O objetivo desse projeto é de incorporar princípios e instrumentos modernos de gestão no sistema de gestão de recursos hídricos de forma equitativa, mais descentralizada e inclusiva destinada a promover o bem-estar da população e do meio ambiente envolvente na bacia hidrográfica do Rio Provaz visando o desenvolvimento sustentável do Distrito. Uma das ações em curso no âmbito desse projeto é o mapeamento das atividades socioeconômicas e dos recursos hidroclimáticos na bacia do rio. Estas informações serão tomadas em consideração aquando da elaboração do PDIDSI. O comité intersectorial criado no âmbito desse projeto será um interlocutor privilegiado do projeto DILEMBA de forma procurar as sinergias possíveis e capitalizar os resultados já obtidos.

Por outro lado é prevista a colaboração com a recém-criada plataforma nacional do turismo sustentável, que visa regulamentar o acesso dos diversos operadores às áreas protegidas de forma que os proventos das atividades turísticas possam beneficiar as áreas protegidas bem como as populações locais.

O envolvimento das autoridades centrais prepostas (Direção do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano – DOTDU, Direção do Parque Natural Obô de São Tomé - PNOT) será também procurado.

A Alisei enquanto membro da Rede Nacional da Sociedade Civil para Boa Governação e da Rede Nacional para biodiversidade, poderá também contar com apoios pontuais de outros membros das redes a nível nacional e de organizações congêneres a nível internacional. Além disso a Alisei conta com o suporte técnico da Associação Funcionários sem fronteiras, rede da Região Liguria – Itália que tem uma sólida experiência de gestão do território.

- **Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação interna/externa;**

Como referido anteriormente será introduzido um sistema de Monitoragem e Avaliação participativos (Participatory Monitoring & Evaluation), onde as comunidades e beneficiários participarão ativamente na avaliação e monitorização das atividades desenvolvidas. A monitorização será concretizada através da recolha sistemática dos principais indicadores de resultado e desempenho. Os diagnósticos rápidos participativos iniciais visam recolher informações relativas à situação de referência no início do projeto de forma ter dados de referência para a monitoria e avaliações intercalares e final previstas. Está prevista uma missão de avaliação externa final. A avaliação incidirá: (i) na análise dos relatórios periódicos e outros documentos produzidos pela equipa de implementação do projeto, (ii) nas observações, auscultação e na recolha de informação junto dos beneficiários diretos, efetuada de maneira informal ou sob forma de inquérito. Dentro do possível o processo de avaliação será realizado de forma participativa com o envolvimento de todas as partes implicadas (beneficiários, equipa de implementação, parceiros, etc.). A avaliação vai tomar em consideração aspetos relacionados com a pertinência e coerência das ações implementadas em relação às necessidades dos beneficiários, com a eficácia e eficiência das ações, com o impacto efetivo ao nível de beneficiários e as eventuais sinergias criadas com outros projetos, com a durabilidade da ação.

Está também programada uma missão de monitoring interno da ONG, que tem como principal objetivo avaliar a pertinência, eficiência e eficácia das ações realizadas e eventualmente dar indicações para uma eventual reorientação do rumo do projeto.

- **A participação dos diversos intervenientes e partes interessadas na ação (co-requerente(s), entidade(s) afiliada(s), grupos-alvo, autoridades locais, etc.) o seu papel e as razões por que esse papel lhes foi atribuído;**

A Câmara Distrital de Lembá co-requerente da presente ação será o ator principal das ações a desenvolver. Em particular deverá orientar, com o apoio técnico dos consultores e da ONG Alisei, todo o desenvolvimento do processo de elaboração do PDIDSI e do Plano de Ordenamento Territorial. Deverá também liderar as reuniões intersectoriais trimestrais, os processos formativos e todas as ações para a efetivação da legislação ambiental. A ONG Alisei embora garantindo a gestão administrativa e financeira do projeto, vai colocar-se numa posição de assistência técnica à Câmara para a implementação das ações programadas, visando um efetivo reforço das competências e capacidades da autoridade local.

- **A estrutura organizacional e a equipa proposta para a execução da ação (por função: não é necessário fornecer nomes de pessoas);**

Para a execução das atividades é prevista a constituição de uma equipa com as seguintes características e elementos:

Pessoal expatriado:

- ✓ Um coordenador/a-administrador/a do projecto (disponibilizado/a pela Alisei), com experiência em gestão de projetos e conhecimento dos procedimentos da CE (27 meses a tempo inteiro), com as seguintes responsabilidades: constituir a equipa de projeto apresentar o plano de comunicação e o material de visibilidade do projeto, garantir a gestão administrativa e financeira, preparar os TDR e dossier dos concursos, organização dos indicadores de seguimento, elaborar e apresentar os relatorios do projeto, apoiar a Camara na organização e execução de todas as ações programadas. Apoiar a Camara Distrital na elaboração de propostas e projetos de ações incluídas no PDIDSI, para submeter a parceiros para efeito de financiamento.
- ✓ Um responsável seguimento e avaliação a tempo parcial (20%) durante 30 meses. Responsável pela definição do quadro de indicadores pertinentes e da sua metodologia de recolha. Supervisor das atividades do tecnico de seguimento e avaliação local.

Pessoal local:

- ✓ Um animador local com experiencia em associativismo e dinamização de grupos comunitarios (35 meses), que será responsável pelos aspetos logisticos de todas as atividades a realizar nas comunidades (encontros, formações, constituição comités comunitarios, etc.). Colaborará também na organização das consultas publicas e dos encontros intersectoriais.
- ✓ Um tecnico seguimento e avaliação (35 meses), que vai colaborar no processo de definição dos indicadores e na implementação do sistema de PM&E. Será responsável pela recolha de indicadores e pela realização dos inqueritos inicial e final. Colaborará na execução dos Diagnosticos Rápidos Participativos, na elaboração do PDIDSI e do Plano de Ordenamento do Territorio.
- ✓ Sete formadores especializados em diferentes dominios, para as sessões de formação dos 50 jovens em atividades geradoras de rendimento (3 meses cada, total 21 meses).
- ✓ Quatro formadores para sessões de capacitação com comités interzona e com comunidades (30 dias cada, total 120 dias).
- ✓ 5 Formadores para as sessões de capacitação com autoridades locais e colaboradores radio (4 dias cada, total 20 dias)
- ✓ Tecnico de educação para animação palestras nas escolas e concursos de desenho (10 dias, sendo 3 de preparação e 7 para realização das palestras e concursos).
- ✓ Duas pessoas para o trabalho de marcação dos limites do Parque Natural (30 dias cada, total 60 dias).
- ✓ Um tecnico da Camara Distrital afetos ao projeto para o acompanhamento de todas as atividades a realizar junto das comunidades e em particular para a organização das consultas publicas e dos encontros intersectoriais (35 meses).
- ✓ Um secretario/a a tempo inteiro (35 meses);
- ✓ Um motorista a tempo inteiro (35 meses);
- ✓ Um logístico a tempo inteiro (35 meses);
- ✓ Dois guardas (35 meses cada, total 70 meses).

- Os principais meios propostos para a execução da ação (equipamento, materiais e fornecimentos a comprar ou a alugar);

É prevista a aquisição de um veiculo 4x4, duas motorizadas todo terreno, equipamentos informaticos para o escritorio e para o apetrechamento da sala de recursos da Camara Distrital, mobiliario para escritorio e para a sala de recursos, materiais e equipamentos para o apoio das atividades geradoras de rendimentos, material didactico para as sessões de formação e capacitação, material de comunicação e de visibilidade.

- As atitudes de todas as partes interessadas em relação à ação em geral e às atividades em particular;

O projeto é baseado numa estreita parceria entre as partes e pressupõe uma visão comum dos objetivos a alcançar. A abordagem participativa adotada desde a fase de identificação do projeto garante que haja um consenso sobre a ação em geral e sobre todas as atividades programadas em particular. Mesmo a mudança política que se realizará dentro de breve nos vertizes da camara Distrital não poderá por em causa a visão comum das partes, sendo que os futuros lideres da Camara já foram auscultados e integrados na fase de elaboração do texto final do projeto.

- As atividades previstas a fim de assegurar a visibilidade da ação e do financiamento da UE.

Para assegurar a visibilidade das ações vai ser implementado um plano estratégico de comunicação que tem como objetivo geral informar a população relativamente ao projeto e à contribuição da CE,

sobre o estado de avanço das atividades e sobre o impacto das ações implementadas. O objetivo específico a nível de grupo de beneficiários é informar sobre o papel desenvolvido pelos diversos parceiros e pela CE e sobre as modalidades de colaboração para o atingir um objetivo comum. O Grupo alvo das atividades de comunicação é a população são-tomense em geral e em particular os grupos de beneficiários.

As atividades de comunicação incluem a produção e colocação de painéis de visibilidade, produção de folhetos, realização de programas radiofónicos, artigos de imprensa, divulgação das atividades via Internet (plataforma capacity4dev) e visitas de imprensa. Todos os materiais a produzir vão tomar em conta as orientações indicadas no “Manual de comunicação e visibilidade para as ações externas da UE” (Julho 2009).

Como instrumento de comunicação será portanto utilizada principalmente a comunicação social local (Rádio comunitaria, Radio nacional, Televisão e Imprensa) que vai presenciar em todas as cerimónias oficiais e nas principais sessões de formação realizadas.

Os indicadores de comunicação deverão permitir avaliar o grau de conhecimentos dos beneficiários e da população em geral sobre o papel desenvolvido pelos diversos parceiros implicados na implementação das atividades e em particular sobre o papel de financiador da UE. Em particular serão recolhidos os seguintes indicadores: número de reportagens produzidas e divulgadas, numero de artigos de imprensa, numero de painéis e autocolantes colocados, numero de pessoas abrangidas pelas atividades de comunicação.

2.1.3. Duração e plano de ação indicativo para a execução da ação (4 páginas no máximo)

A ação terá uma duração de 36 meses.

Ano 1													
	Semestre 1						Semestre 2						
Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Organismo de execução
Fase de preparação: constituição equipa, organização escritorio													Alisei
Preparação dos TDR e lançamento concursos para consultorias PDIDSI e POT													Alisei
A.1.1.1 Realização de DRP													Alisei e CDL
A.1.1.2 Realização de consulta publica para preparação do PDIDSI.													Alisei e CDL
A.1.1.3 Recrutamento do consultor para PDIDSI													Alisei
A.1.1.3 Redação, apresentação publica e validação do PDIDSI													Consultor
A.1.2 Recrutamento do consultor para POT													Alisei
A.1.2 Elaboração de um POT para a cidade de Neves.													Consultor
A.2.1 Reforço dos grupos comunitários existentes													Alisei
A.2.2 Promoção do surgimento de novos grupos comunitários organizados													Alisei
A.2.3 Criação e organização dos Comitês de interzona													Alisei e CDL

Ano 1													
	Semestre 1						Semestre 2						
Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Organismo de execução
3.1.1 Inventário, recolha da documentação relativa a conservação e ambiente													Alisei
3.1.2 Formação dos dirigentes e técnicos da CD, Membro da Assembleia Distrital, e outras autoridades locais													Alisei e CDL Formadores
3.1.3 Realização de encontros intersectoriais													Alisei e CDL
3.1.4 Inclusão digital do pessoal técnico e dos vereadores da CDL													Alisei e CDL Formadores
3.1.5 Equipar a CDL de computadores e acesso à rede internet													Alisei e CDL
4.1.1 Capacitação e sensibilização dos jornalistas locais													Alisei e formadores
4.2.1 Produção de materiais de comunicação													Alisei e CDL
4.2.2 Produção e divulgação de programas e spots radiofónicos													Alisei e CDL
4.2.3 Criação e manutenção de uma página facebook do Distrito de Lemba													Alisei
4.3 Inqueritos para avaliação do impacto das atividades de informação e sensibilização													Alisei
5.1 Promoção de ativ. socioeconómicas													Alisei e CDL
5.2 Preparação: Seleção dos 50 jovens beneficiários formação													Alisei e formadores
5.3 Preparação: Pesquisa e identificação dos equipamentos em apoio às AGR													Alisei
Relatorios													Alisei

Atividade	Semestr e 3	4	5	6	Organismo de execução
A.2.1 Reforço dos grupos comunitários existentes					Alisei e CDL
A.2.2 Promoção do surgimento de novos grupos comunitários organizados					Alisei e CDL
A.2.3 Criação e organização dos Comitês de interzona					Alisei e CDL
3.1.3 Realização de encontros intersectoriais					Alisei e CDL
3.2 Delimitação do Parque Natural					Alisei, CDL e PNOST
4.1.2 Atividades de sensibilização nas escolas					Tecnico de educação
4.2.1 Produção de materiais de comunicação					Alisei e CDL e tecnico grafico
4.2.2 Produção e divulgação de programas e spots radiofónicos					Alisei e CDL e jornalista
4.2.3 Criação e manutenção de uma pagina facebook do Distrito de Lemba					Alisei e gestor web
4.3 Inqueritos para avaliação do impacto das atividades de informação e sensibilização das comunidades					Alisei
4.4 Realização do seminário de encerramento					Alisei e CDL
5.1 Promoção de ativ. socioeconómicas					Alisei e CDL
5.2 Formação e acompanhamento de um grupo de 50 jovens					Alisei e CDL
5.3 Apoio para implementação de algumas atividades geradoras de rendimento					Alisei e CDL
Produção de relatorios					Alisei
Auditoria e avaliação final					Auditor e avaliador externos

2.1.4. Sustentabilidade (3 páginas no máximo)

Fornecer todas as informações a seguir indicadas:

- Descrever o impacto esperado da ação, quantificando-o, sempre que possível, nos planos técnico, económico, social e de políticas (permitirá melhorar a legislação, os códigos de conduta, os métodos, etc.)

As ações programadas visam dotar as Autoridades Distritais de instrumentos de planificação e governação que permitam um desenvolvimento sustentável e inclusivo do Distrito, que garanta uma participação ativa do cidadão no diálogo político e social. O apoio do projeto à Camara Distrital de Lemba vai criar as condições para um efetivo reforço das competências locais seja a nível de autoridades locais que a nível de comunidades locais. A panoplia de ações programadas que vertem por volta dos conceitos de boa governação, redução da pobreza e conservação, pretende ser um primeiro passo no processo de desenvolvimento distrital sustentável, de promoção do emprego e de

criação de parcerias publico privadas. A criação das condições para um efetivo desenvolvimento das atividades ecoturísticas no Distrito, a aposta na formação dos jovens e a criação de oportunidades de emprego e autoemprego poderão contribuir de sobremaneira para atrair investimentos e garantir assim o desenvolvimento do Distrito.

- Apresentar um plano de divulgação e as possibilidades de reprodução e de extensão dos resultados da ação (efeitos multiplicadores), indicando claramente qualquer canal de disseminação previsto.

O processo encontra-se delineado para que no decurso do seu desenvolvimento possa gerar efeitos imediatos de extensão e multiplicação de iniciativas. Como foi indicado nos pontos anteriores a visibilidade e a divulgação dos principais resultados do projeto será efetuada através dos canais da comunicação social locais, mas também através das redes sociais e de plataformas digitais especializadas. Algumas das ações programadas, tais como a elaboração e adoção de um Plano Distrital Integrado de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo, a elaboração e adoção de um Plano de Ordenamento Territorial, têm um aspeto inovador no panorama da realidade Distrital de São Tomé e Príncipe. Estes instrumentos, se bem sucedidos, poderão ser adotados por outros distritos.. O modelo de criação de comités de interzona que pretendem ser uma interface de dialogo entre as autoridades locais e as comunidades poderá ser também um elemento interessante de análise para a identificação de novos modelos de governação inclusiva e participativa a nível distrital. Por outro lado a experiencia piloto de produção artesanal de briquetes vai ser também uma inovação para São Tomé e Príncipe e poderá ser um primeiro passo para a instalação de uma unidade semi-industrial com um impacto considerável a nível de recursos naturais e reciclagem de residuos. O seminário final visa divulgar os resultados do projeto numa perspectiva de possível reprodução em outros distritos.

- Fornecer uma análise de risco e um plano de intervenção pormenorizados. Este exercício deve incluir uma lista dos riscos inerentes a cada uma das atividades propostas acompanhada das medidas de atenuação pertinentes. Uma análise de riscos eficaz deverá contemplar diferentes tipos de riscos, nomeadamente de caráter físico, ambiental, político, económico e social.

A implementação eficaz do projeto poderá ser ameaçada por um conjunto de riscos de varia natureza que podem assim ser resumidos:

Riscos políticos e sociais:

- Instabilidade política ou falta de continuidade das ações das autoridades distritais devido a alternância política no poder, pois o projeto foi delineado e concebido com as autoridades distritais em exercicio até o momento, no entanto nas ultimas eleições (Outubro 2014) o partido da oposição ganhou as autarquias no Distrito de Lembá, pelo que tudo indica que dentro do final do mês de Novembro de 2014 será empossada a nova liderança camararia;
- Fraca sensibilidade, motivação e apropriação de conhecimentos por parte dos principais atores,
- Cooperativismo ainda incipiente no País e ausência de mentalidade associativa, com conseqüente dificuldade de gestão interna das associações e grupos comunitarios,
- Interferências e instrumentalizações políticas.

Riscos biofísicos:

- Condições climatológicas extremas que podem causar catastrofes naturais, como já aconteceu recentemente na zona de Santa Catarina, considerada a mais vulneravel, onde o mar entrou na zona urbanizada, mas também em alguns bairros da cidade Neves sujeitos ao fenomeno de inundações.
- Inundações causadas por chuvas tempestuosas, nomeadamente nas regiões litorais e nas zonas ribeirinhas dos principais rios com deslize de terras e erosão;

Riscos económicos:

- Fatores logísticos relacionados principalmente ao contexto de isolamento e de dificuldades de abastecimentos;
- Insuficientes recursos da CDL para garantir a implementação de ações que integram o PDIDSI e o POT.
- Fraca capacidade económica das empresas privadas distritais que não permitem investimentos para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e o desenvolvimento das proprias atividades;
- Pobreza extrema nas zonas rurais que poderá dificultar a implementação de medidas que visam proteger a area do Parque Natural e as especies protegidas.

Estes potenciais riscos poderão afetar em menor ou maior grau o desenvolvimento das iniciativas contempladas, sendo prevista medidas corretivas pela adoção de planos de contingência adequados em função da natureza e extensão das causas e respetivos efeitos, com uma conseqüente

reestruturação/adequação da metodologia e dos procedimentos de execução. Algumas das principais medidas que serão utilizadas para mitigar os riscos incluem:

- Organização de um sistema interno de seguimento e avaliação para assegurar que os objetivos sejam alcançados e que os ajustes necessários sejam feitos e para responder atempadamente às eventuais situações de risco;
 - Ênfase no reforço dos valores da participação, colaboração e maior apropriação das ações;
 - Adoção de soluções técnicas que permitam reduzir parte dos riscos acima mencionados;
 - Dialogo com a nova liderança da CDL para apresentação dos objetivos e principais atividades do projeto. Importa salientar que contactos informais foram já realizados, em fase de preparação da versão final do projeto, com a futura liderança da CDL, de forma recolher as sensibilidades, indicações e sugestões dos futuros líderes da Camara Distrital de Lemba.
- **Especificar os principais pressupostos e condições subjacentes à ação, durante e após a fase de execução.**

Entre os principais pressupostos e condições subjacentes à ação devem ser mencionadas a garantia de financiamento global, uma conjuntura económica, social e política favorável, uma boa acessibilidade às áreas de intervenção, uma perfeita integração e interligação entre os diversos atores do projeto, uma suficiente capacidade das partes envolvidas em mitigar situações de risco que se possam apresentar, uma abertura e motivação da parte dos líderes comunitários, uma vontade política da parte dos dirigentes da CDL, uma efetiva colaboração da parte das empresas privadas do Distrito, um interesse da parte dos outros projetos no Distrito em colaborar e coordenar as ações.

- **Explicar de que modo a ação irá ser sustentável após a conclusão. Tal pode incluir atividades de acompanhamento necessárias, estratégias incorporadas, de apropriação, plano de comunicação, etc. Distinguir entre quatro tipos de sustentabilidade:**
 - a. **Sustentabilidade financeira: por exemplo, financiamento de atividades de acompanhamento, fontes de receita capazes de cobrir todos os futuros custos operacionais e de manutenção.**

O fortalecimento das associações e grupos comunitários vai permitir uma melhor gestão dos recursos internos. Será preocupação da equipa do projeto acompanhar este processo, de modo que após a conclusão da ação, todas as condições sejam criadas para assegurar a continuidade. Em particular serão criadas as condições propícias para o surgimento de novas atividades geradoras de rendimentos que deverão continuar de forma autónoma após o término da intervenção do projeto.

A criação de parcerias público-privadas será também considerada como uma das opções de sustentabilidade das ações. Numa perspetiva de desenvolvimento e crescimento económico do Distrito sobretudo no sector do turismo presuppõe a criação de novas oportunidades de emprego, que poderão absorver parte dos jovens formados no âmbito do projeto.

- b. **Sustentabilidade institucional: por exemplo, estruturas que permitam que os resultados da ação se mantenham após a conclusão da ação, desenvolvimento de capacidades, acordos e apropriação local dos resultados da ação.**

A estruturação do projeto assente no mais amplo envolvimento de todos os atores e beneficiários, reforçando as capacidades e competências das autoridades locais e dos grupos comunitários, permitirá assegurar funcionalmente as exigências necessárias ao prosseguimento das atividades. A apropriação local dos resultados da ação será fruto de uma constante interação e integração dos intervenientes ao longo do processo. A abordagem inovadora deste projeto é a introdução de novos instrumentos de planificação produzidos através de um processo participativo e inclusivo, que permitam ao cidadão de ser o actor principal do seu próprio processo de desenvolvimento. Outro aspeto inovador é a criação de estruturas de diálogo que se situam numa posição intermediária entre as comunidades e as autoridades locais (comités de interzona).

- c. **Sustentabilidade a nível das políticas: por exemplo, se for caso disso, impacto estrutural (melhor legislação, coerência com os quadros existentes, códigos de conduta ou métodos).**

As ações propostas se enquadram e são coerentes com a estratégia nacional de redução da pobreza, com o plano de gestão do parque natural Obo de São Tomé, com o plano executivo e operativo do turismo de STP.

d. Sustentabilidade ambiental: qual será o impacto que a ação terá no ambiente? Existem condições para evitar os efeitos negativos sobre os recursos naturais, dos quais a ação depende, bem como sobre o ambiente em geral?

O projeto pela sua própria natureza visa adotar e fazer adotar medidas que limitem o impacto ambiental de diversas atividades antropicas e elaborar instrumentos de planificação que possam regulamentar de forma sustentável o uso do territorio e dos recursos naturais. O objetivo ultimo das atividades de capacitação e das campanhas mediaticas é o de consciensalizar a população do Distrito para um melhor uso do territorio e dos seus recursos. As atividades economicas a apoiar serão as que têm o menor impacto possível sobre o ambiente ou que facilitem a realização de atividades alternativas às de grande impacto ambiental.

2.1.5. Quadro lógico

Ver em anexo.

2.2. ORÇAMENTO, MONTANTE SOLICITADO À ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE E OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO PREVISTAS

Ver em anexo

2.3. EXPERIENCIA DO REQUERENTE

Estas informações destinam-se a avaliar se possui experiência e estabilidade suficientes no domínio da gestão de ações de dimensão comparável e no mesmo setor para que é solicitada uma subvenção.

i) Para ações semelhantes

Fornecer uma descrição pormenorizada das ações no mesmo setor e de dimensão comparável à ação para a qual é requerida a subvenção cuja gestão foi assegurada pela organização do requerente nos últimos três anos.

1 página no máximo por ação.

Nome do requerente: Associazione Alisei					
Designação do projeto: Promoção de iniciativas produtivas no sector agroalimentar		Setor (ver secção 3.2.2 da secção 3): Sector Ajuda alimentar para o desenvolvimento / Segurança alimentar: 52			
Localização da ação	Custo da ação (EUR)	Papel na ação: coordenador, co-requerente, entidade afiliada	Entidades financiadoras da ação (nome)⁴	Montante da contribuição (por entidade financiadora)	Datas (de dd/mm/ano a dd/mm/ano)
Sao Tomé e Príncipe	645 592 €	Coordenador	EU actores não estatais	484 194 €	03/2013 08/2015
Objetivos e resultados da ação					
<p>O Objetivo geral da ação é fortalecer a capacidade de intervenção dos actores não estatais locais no âmbito da promoção do emprego no sector agroalimentar de forma contribuir para a melhoria da segurança alimentar, proporcionando uma maior oferta e acesso a produtos agrícolas e transformados de qualidade. O fortalecimento das associações de produtores agrícolas e de transformadores é considerado como eixo fundamental do processo de desenvolvimento endógeno que se reflete numa maior organização do sector, maior produção e criação de novos empregos e maior capacidade de resposta aos novos desafios. Aumentando o emprego, melhoram as condições económicas das famílias e o "acesso" económico aos alimentos, contribuindo assim a reduzir os riscos de insegurança alimentar.</p> <p>O objetivo específico visa criar novas oportunidades de emprego no sector agroalimentar e formalizar o sector através de uma maior profissionalização dos operadores, visa também consolidar os resultados obtidos no âmbito dos projetos de segurança alimentar (MCPA e PDSA), fortalecendo as fileiras de culturas alimentares, desde a produção até a sua transformação e comercialização. Aproveitando das oportunidades existentes e através de uma estratégia de valorização e promoção do consumo de produtos locais frescos e transformados, pretende-se incrementar as possibilidades de escoamento dos produtos, criando assim as condições para um aumento sustentável da produção agrícola e da agro-indústria, que vai refletir-se na criação de novos empregos nos dois sectores.</p>					

⁴ Se o doador for a União Europeia ou um Estado-Membro da UE, indicar a rubrica orçamental da UE, o FED ou o Estado-Membro da UE.

Nome do co-requerente: Associazione ALISEI					
Designação do projeto: Apoio às Camaras Distritais para melhorar a gestão dos resíduos sólidos		Setor (ver secção 3.2.2 da secção 3): Tratamento e gestão de resíduos: 14 Governo e sociedade civil : 15			
Localização da ação	Custo da ação (EUR)	Papel na ação: coordenador, co-requerente, entidade afiliada	Entidades financiadoras da ação (nome)⁵	Montante da contribuição (por entidade financiadora)	Datas (de dd/mm/ano a dd/mm/ano)
STP	285 643 euros	Coordenador	Cooperação Espanhola AECID	257 078 euros	1/12/2008 28/2/2012
Objetivos e resultados da ação		<p>O projeto propõe reforçar as competências de 4 Camaras Distritais em termos de gestão dos resíduos sólidos. Educação da população sobre a problemática dos resíduos ações de incidência política junto aos decisores. Objetivo geral: melhorar as condições higienicas e limpeza publica em 4 distritos. Pretende atingir os seguintes objetivos específicos:</p> <p>(i) Melhorar as condições de trabalho, consolidar e fortalecer as competências, as capacidades de gestão e programação dos responsáveis dos serviços de salubridade. (ii) Reforçar a colaboração público-privada para garantir un serviço de recolha mais eficaz e eficiente. (iii) Promover a recolha e tratamento diferenciado dos resíduos perigosos. (iv) Introduzir mecanismos e iniciativas de redução dos custos e ou de recuperação dos custos. (v) Promover a mudança de comportamentos dos cidadãos frente ao problema de gestão dos resíduos</p>			

ii) Outras ações

Descrever pormenorizadamente outras ações cuja gestão foi assegurada pela sua organização nos últimos três anos.

1 página no máximo por ação e um máximo de 10 ações.

⁵ Se o doador for a União Europeia ou um Estado-Membro da UE, indicar a rubrica orçamental da UE, o FED ou o Estado-Membro da UE.

Nome do requerente: Associazione Alisei					
Designação do projeto: Melhoria das Capacidades de Produção Agrícola em STP (MCPA)		Setor (ver secção 3.2.2 da secção 3): Sector Ajuda alimentar para o desenvolvimento / Segurança alimentar: 52			
Localização da ação	Custo da ação (EUR)	Papel na ação: coordenador, co-requerente, entidade afiliada	Entidades financiadoras da ação (nome)⁶	Montante da contribuição (por entidade financiadora)	Datas (de dd/mm/ano a dd/mm/ano)
Sao Tomé e Príncipe	1.110.000	Coordenador	EU - Food facility	1.000.000 €	2010 - 2011
Objetivos e resultados da ação					
<p><i>Objetivo global:</i> Reduzir os riscos de vulnerabilidade à insegurança alimentar proporcionando uma maior oferta e melhor acesso a produtos agrícola de qualidade.</p> <p><i>Objetivo específico:</i> Contribuir para aumentar e diversificar a produção agrícola interna mantendo estáveis os custos dos produtos</p> <p><i>Resultados esperados:</i></p> <p>R1: Mercado local abastecido regularmente de produtos agrícolas produzidos localmente e a preços acessíveis.</p> <p>R2: Acesso melhorado a insumos agrícola e a serviços especializados;</p> <p>R3: Agricultores mais sensibilizados e organizados;</p> <p>R4: Agricultores mais capacitados sobre técnicas agrícolas;</p> <p>R5: Pequenas infraestruturas rurais reabilitadas;</p> <p>R6: Excedentes de produção e subprodutos devidamente aproveitados para transformação e para a produção local de ração para a alimentação animal.</p>					

⁶ Se o doador for a União Europeia ou um Estado-Membro da UE, indicar a rubrica orçamental da UE, o FED ou o Estado-Membro da UE.

Nome do requerente: Associazione ALISEI					
Designação do projeto: Aumento da produção de arroz e legumes na área do Pool Malebo, perímetro di Kingbwa-Pool Malebo (Kinshasa)		Setor (ver secção 3.2.2 da secção 3): Ajuda alimentar/ segurança alimentar para o desenvolvimento 52			
Localização da ação	Custo da ação (EUR)	Papel na ação: coordenador, co-requerente, entidade afiliada	Entidades financiadoras da ação (nome)⁷	Montante da contribuição (por entidade financiadora)	Datas (de dd/mm/ano a dd/mm/ano)
RDC	1.315.561	Coordenador	MAE –AID (Cooperação italiana)	750.000 €	2008 - 2012
Objetivos e resultados da ação					
<p>O. Geral : Contribuir para melhorar a segurança alimentar e nível nutricional das populações da região do Pool Malebo-Kingabwa, e em geral da população de Kinshasa através de uma melhor exploração de uma zona com grande potencialidade agrícola.</p> <p>O. Específico: Aumentar a produção em termos quantitativos e qualitativos de arroz e legumes no perímetro agrícola de Kingabwa (Pool Malebo - Kinshasa), para cerca de 4.000 famílias residentes</p>					

⁷ Se o doador for a União Europeia ou um Estado-Membro da UE, indicar a rubrica orçamental da UE, o FED ou o Estado-Membro da UE.

Nome do requerente: Associazione ALISEI					
Designação do projeto: “pane quotidiano” Projeto de ativação de uma padaria comunitaria no Bairro de Bumbu – Kinshasa		Setor (ver secção 3.2.2 da secção 3): Ajuda alimentar/ segurança alimentar para o desenvolvimento 52			
Localização da ação	Custo da ação (EUR)	Papel na ação: coordenador, co-requerente, entidade afiliada	Entidades financiadoras da ação (nome)⁸	Montante da contribuição (por entidade financiadora)	Datas (de dd/mm/ano a dd/mm/ano)
RDC	150.000	Coordenador	Enti Locali – Regione Liguria	89.000 €	2009-2012
Objetivos e resultados da ação					
<p>L’obiettivo generale del progetto è il miglioramento delle condizioni di vita e di sicurezza alimentare della comunità del quartiere di Bunbu della città di Kinshasa attraverso l’attivazione di una panetteria che contribuisca ad incrementare l’attività imprenditoriale dell’associazione Mabota, le attività delle donne coinvolte nel processo di commercializzazione e produzione di pane di qualità.</p> <p>Risultati attesi:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Lavori di riabilitazione della panetteria completati ➤ L’associazione Mabota legalizzata e attivata ➤ 50 donne sensibilizzate nell’attività di commercializzazione al dettaglio nei quartieri di Bumbu 					

⁸ Se o doador for a União Europeia ou um Estado-Membro da UE, indicar a rubrica orçamental da UE, o FED ou o Estado-Membro da UE.

Experiência dos co-requerentes (se aplicável)

Nome do co-requerente: Camara Distrital de Lemba					
Designação do projeto:		Realização de infraestruturas economicas e sociais			
Localização da ação	Custo da ação (EUR)	Papel na ação: coordenador, co-requerente, entidade afiliada	Entidades financiadoras da ação (nome) ⁹	Montante da contribuição (por entidade financiadora)	Datas (de dd/mm/ano a dd/mm/ano)
Distrito de Lemba	157 845 €	Coordenador	Governo da RDSTP	157 845 €	01/2013 a 12 2013
Objetivos e resultados da ação		<p>Objetivos : Dotar o Distrito de algumas infraestruturas economicas e sociais</p> <p>Resultados: Um mercado na cidade de Neves</p> <p>Duas salas de aula em Ribeira Funda</p> <p>Iluminação publica de 2 bairros da cidade de Neves</p>			

Nome do co-requerente: Camara Distrital de Lemba					
Designação do projeto:		Realização de infraestruturas economicas e sociais			
Localização da ação	Custo da ação (EUR)	Papel na ação: coordenador, co-requerente, entidade afiliada	Entidades financiadoras da ação (nome) ¹⁰	Montante da contribuição (por entidade financiadora)	Datas (de dd/mm/ano a dd/mm/ano)
Distrito de Lemba	145 700 €	Coordenador	Governo da RDSTP	145 700 €	01/2012 a 12 2012
Objetivos e resultados da ação		<p>Objetivos : Dotar o Distrito de algumas infraestruturas economicas e sociais</p> <p>Resultados: Um jardim de infancia em Santa Catarina</p> <p>Vedação do jardim na cidade de Neves</p> <p>Duas salas de aula em Ribeira Funda</p> <p>Construção de lancil na estrada em calçada no Bairro Bengá</p> <p>Valas de drenagem nos bairros Agua Tomás e Rosema</p>			

2.4 EXPERIÊNCIA DA(S) ENTIDADE(S) AFILIADA(S) (SE APLICÁVEL)

Estas informações destinam-se a avaliar se possui(em) experiência e estabilidade suficientes no domínio da gestão de ações de dimensão comparável e no mesmo setor para que é solicitada uma subvenção.

N/A

⁹ Se o doador for a União Europeia ou um Estado-Membro da UE, indicar a rubrica orçamental da UE, o FED ou o Estado-Membro da UE.

¹⁰ Se o doador for a União Europeia ou um Estado-Membro da UE, indicar a rubrica orçamental da UE, o FED ou o Estado-Membro da UE.

2.5. O REQUERENTE

Número de identificação EuropeAid¹¹	IT-2007-CRX-2711163263
Nome da organização	Associazione ALISEI

2.6. IDENTIDADE

Contactos para efeitos da presente ação:	Mariangela REINA tizimari@hotmail.com
Número da entidade jurídica¹²	6000055809
Acrónimo	ALISEI
Número de registo (ou equivalente)	20813
Data de registo	20/01/1998
Local de registo	Tivoli - Italia
Endereço oficial de registo	Via Merulana, 272 – Roma
País de registo¹³ / nacionalidade¹⁴	Italia
Sítio Web e endereço do correio eletrónico da organização	www.alisei.org
Número de telefone: indicativo do país + indicativo da cidade + número	0039 02 66805260
Número de fax: indicativo do país + indicativo da cidade + número	

¹¹ Este número é atribuído às organizações que registam os seus dados no PADOR. Para mais informações e para efeitos de registo, consulte: http://ec.europa.eu/europeaid/work/onlineservices/pador/index_en.htm. Esta informação não precisa de ser fornecida no caso de convites à apresentação de propostas em que a Comissão Europeia não seja a Administração Contratante.

¹² Se o requerente já tiver assinado um contrato com a Comissão Europeia.

¹³ Para as organizações.

¹⁴ Para os particulares.

A Administração Contratante deve ser notificada de qualquer mudança de endereço, número de telefone, número de fax e endereço de correio eletrónico, em particular. A Administração Contratante não pode ser considerada responsável caso não tenha a possibilidade de contactar o requerente.

O candidato deve indicar as informações mencionadas nas secções 3.2, 3.3 e 3.4 aquando do registo no PADOR, pelo que não necessita de as indicar no pedido apresentado em papel. Ver igualmente secção 2.2 das Orientações destinadas aos requerentes.

2.7. Perfil

Ver PADOR

2.8. Capacidade de gestão e de execução das ações

Ver PADOR

2.9. LISTA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/COMITÉ DE DIREÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Ver PADOR

2.10. O(S) CO-REQUERENTE(S)

Esta secção deve ser preenchida relativamente a cada co-requerente na aceção da secção 2.1.1 das Orientações destinadas aos requerentes. O quadro pode ser copiado tantas vezes quantas as necessárias para permitir a inclusão de cada um dos co-requerentes adicionais.

	Co-requerente n.º 1
Número de identificação EuropeAid¹⁵	ST-2012-DCV-1502441048
Nome da organização	Camara Distrital de Lemba
Se a Comissão Europeia for a Administração Contratante: Todos os co-requerentes devem codificar as informações a seguir indicadas no seu registo PADOR. Ver igualmente secção 2.2 das Orientações destinadas aos requerentes.	
Contacto do co-requerente para efeitos da presente ação	Albertino Barros
Número da entidade jurídica¹⁶	
Acrónimo	CDL
Número de registo (ou equivalente)	Lei nº 10/92 alterada com lei 10/2005
Data de registo	09/09/1992 Alterada em 25/10/2005
Local de registo	Assembleia Nacional - São Tomé
Endereço oficial de registo	Assembleia Nacional com publicação no Diario da republica nº33 de 15 novembro de 2005
País de registo¹⁷ / nacionalidade¹⁸	Republica Democrática de São Tomé e Príncipe
Sítio Web e endereço do correio eletrónico da organização	distritolemba@gmail.com
Número de telefone: indicativo do país + indicativo da cidade + número	00239 2233113
Número de fax:	

¹⁵ Este número é atribuído às organizações que registam os seus dados no PADOR. Para mais informações e para efeitos de registo, consulte:

http://ec.europa.eu/work/europeaid/onlineservices/pador/index_en.htm. Esta informação não precisa de ser fornecida no caso de convites à apresentação de propostas em que a Comissão Europeia não seja a Administração Contratante.

¹⁶ Se o co-requerente já tiver assinado um contrato com a Comissão Europeia.

¹⁷ Para as organizações.

¹⁸ Para os particulares.

Estatuto jurídico	Organização com fins lucrativos <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não ONG <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Com base em valores	<input type="checkbox"/> Políticos <input type="checkbox"/> Religiosos <input type="checkbox"/> Humanistas <input checked="" type="checkbox"/> Neutros
A sua organização está ligada a outras entidades?	<input type="checkbox"/> Sim, à entidade-mãe: (especificar o número de identificação EuropeAid:.....) <input type="checkbox"/> Sim, a entidade(s) controlada(s) <input type="checkbox"/> Sim, a uma organização familiar / entidade pertencente à rede ¹⁹ <input checked="" type="checkbox"/> Não, independente
Outros recursos pertinentes	A Camara Distrital de Lembá dispõe de um efetivo de 70 funcionarios distribuidos entre Neves e Santa Catarina, destes 10 são administrativos, incluindo os vereadores e presidente da Camara e os restantes pertencem aos serviços de salubridade, policia camararia e outro pessoal de apoio.
Antecedentes de cooperação com o requerente	A ONG Alisei colaboraou com a Camara Distrital de Lembá na implementação de varios projetos no dominio social, desenvolvimento rural e gestão dos residuos solidos urbanos. Entre os projetos de desenvolvimento rural a realçar o Programa sanitario integrado realizado entre 1994 e 1997, o programa Stabex realizado entre 2000 e 2003. Foi atarvés da colaboração com a ONG Alisei que em 2004 e 2005 deu-se inicio no Distrito de Lembá a experiencia piloto de envolvimento da sociedade civil na manutenção de estradas e forma criados os primeiros Grupos de Interesse de Manutenção de Estradas – GIME, experiencia que a partir de 2006 foi reproduzida a nivel nacional e continua até a data. Recentemente (2011 e 2012) a ONG Alisei colaborou com a Camara Distrital na melhoria do sistema de gestão dos residuos solidos.

Importante: O formulário de apresentação do pedido de subvenção deve ser acompanhado por um mandato devidamente assinado e datado por cada co-requerente, com base no modelo fornecido.

Mandato (para o(s) co-requerente(s))

O(s) co-requerente(s) autoriza(m) o requerente ONG ALISEI a apresentar em seu nome o presente formulário de pedido e a assinar o contrato de subvenção normalizado (anexo G das Orientações destinadas aos requerentes, «contrato de subvenção») com Delegação da União Europeia no Gabão para Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e a CEEAC («Administração Contratante»), bem como, a ser representado(s) pelo requerente em todas as questões relativas a este contrato de subvenção.

Eu, abaixo assinado, declaro ter lido e aprovado o teor da proposta apresentada à Administração Contratante. Comprometo-me a respeitar os princípios das boas práticas de parceria.

Nome:	Albertino BARROS
Organização:	Camara Distrital de Lembá
Função:	Presidente
Assinatura:	
Data e local:	Neves, 30/10/2014

¹⁹ Por exemplo, confederação, federação, aliança.

**2.11. ENTIDADE(S) AFILIADA(S) PARTICIPANTE(S) NA
AÇÃO**

Descrição da(s) entidade(s) afiliada(s)

N/A

**2.12. ASSOCIADOS DO REQUERENTE QUE PARTICIPAM
NA AÇÃO**

N/A

2.13. LISTA DE CONTROLO DA AVALIAÇÃO DO FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DO PEDIDO COMPLETO

REFERÊNCIA: EUROPEAID/135500/DD/ACT/ST

PROGRAMA PARA ACTORES NÃO ESTATAIS E AUTORIDADES LOCAIS NO DESENVOLVIMENTO (RDSTP 2014)

RUBRICA ORÇAMENTAL: 21.02.51.05 (ANE E AL)

DADOS ADMINISTRATIVOS	A preencher pelo requerente
Nome do requerente	Associazione ALISEI
Número de identificação EuropeAid	IT-2007-CRX-2711163263
Nacionalidade²⁰, país e data de registo²¹	Italia, 20/01/1998
Número da entidade jurídica²²	6000055809
Estatuto jurídico²³	Organismo sem fins lucrativos
Co-requerente²⁴	Camara Distrital de Lemba ST-2012-DCV-1502441048 São Tomé e Príncipe, 09/09/1992 Autoridade local

²⁰ Para os particulares.

²¹ Para as organizações.

²² Se o requerente já tiver assinado um contrato com a Comissão Europeia.

²³ Por exemplo, organização sem fins lucrativos, organismo governamental ou organização internacional.

²⁴ Acrescentar o número de linhas correspondente ao número de co-requerente(s).

ANTES DE ENVIAR A SUA PROPOSTA, VERIFIQUE SE CADA UM DOS SEGUINTE CRITÉRIOS FOI INTEIRAMENTE CUMPRIDO E ASSINALE-O	Assinalar os elementos seguintes	
Designação da proposta: Desenvolvimento inclusivo do Distrito de Lemba (DILEMBA)	Sim	Não
PARTE 1 (DADOS ADMINISTRATIVOS)	X	
1. Foi utilizado o formulário correto para a apresentação do pedido de subvenção.	X	
2. A declaração do requerente foi preenchida e assinada.	X	
3. A proposta é datilografada em <inglês, francês, português ou espanhol>. Nos casos em que é permitida mais do que uma língua, a proposta é redigida na língua mais utilizada pela população-alvo no país em que a ação é realizada.	X	
4. São incluídos um original e 2cópias	X	
5. É incluída uma versão eletrónica da proposta (CD-Rom)	X	
6. Cada co-requerente completou e assinou o mandato, estando este incluído. Indicar «Não aplicável» (NA) se não tiver co-requerente(s)	X	
7. Cada entidade afiliada completou e assinou uma declaração das entidades afiliadas, estando estas incluídas. Indicar «Não aplicável» (NA) se não tiver entidade(s) afiliada(s)	NA	
8. O orçamento é encerrado, apresentado no formato solicitado e apresentado em euros .	X	
9. Contém o quadro lógico, preenchido.	X	
PARTE 2 (ELEGIBILIDADE)	X	
10. A duração da ação situa-se entre 24 meses e 36 meses (o mínimo e o máximo permitidos).	X	
11. A contribuição solicitada situa-se entre o mínimo e o máximo permitido.	X	
<ul style="list-style-type: none"> • Montante mínimo: 100.000 Euros • Montante máximo: 500.000 Euros 		
12. A contribuição solicitada situa-se entre as percentagens mínima e máxima permitidas dos custos totais estimados elegíveis.	X	
<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem mínima: 50 % do total estimado dos custos elegíveis da acção. • Percentagem máxima: <ul style="list-style-type: none"> ○ 90% do total estimado dos custos elegíveis da acção para requerentes de nacionalidade de São Tomé e Príncipe. ○ 75% do total estimado dos custos elegíveis da acção para requerentes de nacionalidade dum dos Estados Membros da UE 		

13. O montante total do financiamento solicitado com base nas opções de custos simplificadas não excede 60 000 EUR por requerente.	X	
14. A contribuição solicitada não foi alterada em mais de 20 % em relação ao montante solicitado na fase de apresentação do documento de síntese.	X	

2.14. DECLARAÇÃO DO REQUERENTE

O requerente, representado pelo abaixo assinado, enquanto signatário habilitado pelo requerente e no âmbito do presente convite à apresentação de propostas, representando igualmente os eventuais co-requerentes e entidade(s) afiliada(s) na ação proposta, declara que:

- o requerente dispõe das fontes de financiamento especificadas na secção 2 das Orientações destinadas aos requerentes;
- o requerente dispõe de capacidade financeira suficiente para realizar a ação proposta ou o programa de trabalho;
- o requerente certifica o estatuto jurídico do requerente, do(s) co-requerente(s) e da(s) entidade(s) afiliada(s), tal como indicado nas partes 3, 4 e 5 deste pedido;
- o requerente, o(s) co-requerente(s) e as entidade(s) afiliada(s) têm as competências profissionais e as qualificações especificadas na secção 2 das Orientações destinadas aos requerentes;
- o requerente se compromete a cumprir as obrigações previstas na declaração da(s) entidade(s) afiliada(s) do formulário de apresentação do pedido de subvenção, bem como os princípios de boas práticas em matéria de parceria;
- o requerente é diretamente responsável pela preparação, gestão e execução da ação com o(s) co-requerente(s) e entidade(s) afiliada(s), se for caso disso, e não age na qualidade de intermediário;
- o requerente, o(s) co-requerente(s) e a(s) entidade(s) afiliada(s) não se encontram em nenhuma das situações que os impedem de participar nos contratos enumerados na secção 2.3.3 do Guia Prático dos procedimentos contratuais no âmbito das ações externas da UE (disponível no seguinte [sítio Internet: http://ec.europa.eu/europeaid/work/procedures/implementation/index_fr.htm](http://ec.europa.eu/europeaid/work/procedures/implementation/index_fr.htm)). Mais declara estar ciente de que, nos termos do disposto na secção 2.3.4 do mesmo Guia Prático, caso participe no presente procedimento, encontrando-se numa das situações citadas, incorre em exclusão de outros procedimentos;
- o requerente, cada um dos co-requerentes e cada uma das entidades afiliadas (se for caso disso) podem apresentar imediatamente, mediante pedido, os documentos comprovativos mencionados na secção 2.4. das Orientações destinadas aos requerentes;
- o requerente, cada um dos co-requerentes e cada uma das entidades afiliadas (se for caso disso) são elegíveis em conformidade com os critérios enunciados nas secções 2.1.1 e 2.1.2 das Orientações destinadas aos requerentes;
- se for feita uma recomendação no sentido de lhe ser atribuída uma subvenção, o requerente aceita as condições contratuais estabelecidas no modelo de contrato que figura em anexo às Orientações destinadas aos requerentes (anexo G);
- o requerente, o(s) co-requerente(s) e a(s) entidade(s) afiliada(s) estão conscientes de que, para efeitos de proteção dos interesses financeiros da União Europeia, os seus dados pessoais podem ser transferidos para os serviços de auditoria interna, para o Tribunal de Contas Europeu, para a instância especializada em matéria de irregularidades financeiras ou para o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF).

Estas são as fontes e os montantes do financiamento da União recebidos ou solicitados para a ação ou parte da ação ou para o funcionamento durante o mesmo exercício financeiro, bem como qualquer outro financiamento recebido ou solicitado para a mesma ação.

<fonte da lista e montante e indicar a situação (ou seja, pedido ou concedido)>

O requerente está plenamente consciente da obrigação de informar de imediato a Administração Contratante a que se destina o presente pedido se o mesmo pedido de financiamento apresentado a

outros serviços da União Europeia ou a outras instituições comunitárias tiver sido aprovado pelos mesmos após a apresentação do presente pedido.

Assinado em nome do requerente

Nome	Ruggero TOZZO
Assinatura	
Função	Presidente
Data	30/10/2014

2.15. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PEDIDO DE SUBVENÇÃO COMPLETO

(USO RESERVADO À ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE)

	SIM	NÃO
ABERTURA E VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE ADMINISTRATIVA		
1. O prazo para a apresentação do pedido foi respeitado.		
2. A lista de controlo para o formulário de apresentação do pedido foi devidamente preenchida.		
<u>DECISÃO:</u> A Comissão de Avaliação decidiu avaliar o documento de síntese, que passou os controlos administrativos.		
A conformidade administrativa foi verificada por: Data:		
AVALIAÇÃO DO FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DO PEDIDO COMPLETO		
<u>DECISÃO:</u> A. A proposta foi selecionada provisoriamente como uma das propostas mais cotadas no quadro da dotação financeira disponível e a Comissão de Avaliação recomendou uma verificação da elegibilidade.		
B. A proposta foi inscrita na lista de reserva como uma das propostas mais cotadas e a Comissão de Avaliação recomendou a verificação da elegibilidade		
A proposta foi avaliada por: Data:		
VERIFICAÇÃO DA ELEGIBILIDADE		
3. A lista de controlo para o formulário de candidatura foi devidamente preenchida.		
4. O requerente satisfaz os critérios de elegibilidade estabelecidos na secção 2.1.1		
5. O(s) co-requerente(s), se for caso disso, satisfazem os critérios de elegibilidade estabelecidos na secção 2.1.1.		
6. A(s) entidade(s) afiliada(s), se for caso disso, satisfazem os critérios de elegibilidade estabelecidos na secção 2.1.3.		
7. Os documentos comprovativos a seguir enumerados foram apresentados em conformidade com as Orientações (secção 2.4)		
a. Os estatutos dos requerentes.		
b. Os estatutos ou ato de constituição dos requerentes e da(s) entidade(s) afiliada(s)		
c. O relatório de auditoria externa do requerente (se for caso disso)		
d. A ficha de entidade jurídica (ver anexo D das Orientações destinadas aos requerentes) devidamente preenchida e assinada pelos requerentes e acompanhada dos documentos comprovativos exigidos.		
e. Uma ficha de identificação financeira (ver anexo E das Orientações destinadas aos requerentes).		

f. Cópia das contas mais recentes do requerente		
A elegibilidade foi avaliada por:		
Data:		
<u>DECISÃO:</u> A Comissão de Avaliação verificou a elegibilidade da proposta, de acordo com os critérios estabelecidos nas Orientações destinadas aos requerentes, e selecionou a proposta para financiamento.		